



SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Boletim Informativo | n. 41 | set. 2023



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
SOBRE OS STATUS NOS GRÁFICOS	4
RESULTADOS	5
Resultados relativos ao Plano de Saúde	5
Resultados relativos à Programação Anual de Saúde – PAS	7
Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão – RAG	14
Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA	22
REFERÊNCIAS	50

APRESENTAÇÃO

O planejamento no Sistema Único de Saúde (SUS) é uma função gestora que, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unicidade e os princípios constitucionais do SUS. Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica (Brasil; Fundação Oswaldo Cruz, 2016).

Conforme prevê a legislação, os instrumentos de planejamento do SUS são: Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde e os relatórios de gestão.

O Plano de Saúde (PS) é o instrumento central da gestão do sistema de saúde e no qual devem estar expressos as responsabilidades sanitárias e os compromissos da gestão com as necessidades da população, bem como as situações de cooperação com os demais atores que atuam no território para a gestão e o financiamento das ações e dos serviços de saúde no território, no âmbito de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos.

A Programação Anual de Saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no PS e tem por objetivo a anualização das metas desse plano e a previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

O Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS.

Por sua vez, o Relatório Anual de Gestão (RAG) apresenta os resultados alcançados com a execução da PAS ao final do exercício e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no PS.

De acordo com o artigo 22 da Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão possuir Plano de Saúde, Conselho de Saúde e Fundo de Saúde.

O **DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento** (DGMP) é um sistema utilizado pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios para registro de informações e documentos relativos ao PS e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RAG referentes ao ano de 2018 em diante. Por meio do sistema, os relatórios de gestão são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde.

Para fins de monitoramento, este boletim apresenta mensalmente a situação de elaboração, entrega e apreciação dos instrumentos de planejamento para os entes subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios), com base nos dados coletados no DGMP.

2023 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0

Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvsm.s.saude.gov.br.

N. 41 | Set. 2023

ISSN 2764-4286

OS 0483/2023

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria-Executiva

Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa

Coordenação-Geral de Planejamento no SUS/Coordenação de

Gestão dos Instrumentos de Planejamento no SUS

Espanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede

CEP: 70058-900 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3315-3442

E-mail: coginp@saude.gov.br

Site: www.gov.br/saude

Coordenação:

Rui Leandro da Silva Santos

Elaboração:

Dorian Chim Smarzaró

Colaboração:

Fabiano Messias da Silva

Henrique Flávio de Souza

Jardênia Marçal Rosa

Luiza Maria Pereira Schaidt

Rochelle Patrícia Ferraz de Souza

Normalização:

Delano de Aquino Silva – Editora MS/CGDI

Revisão:

Tamires Felipe Alcântara – Editora MS/CGDI

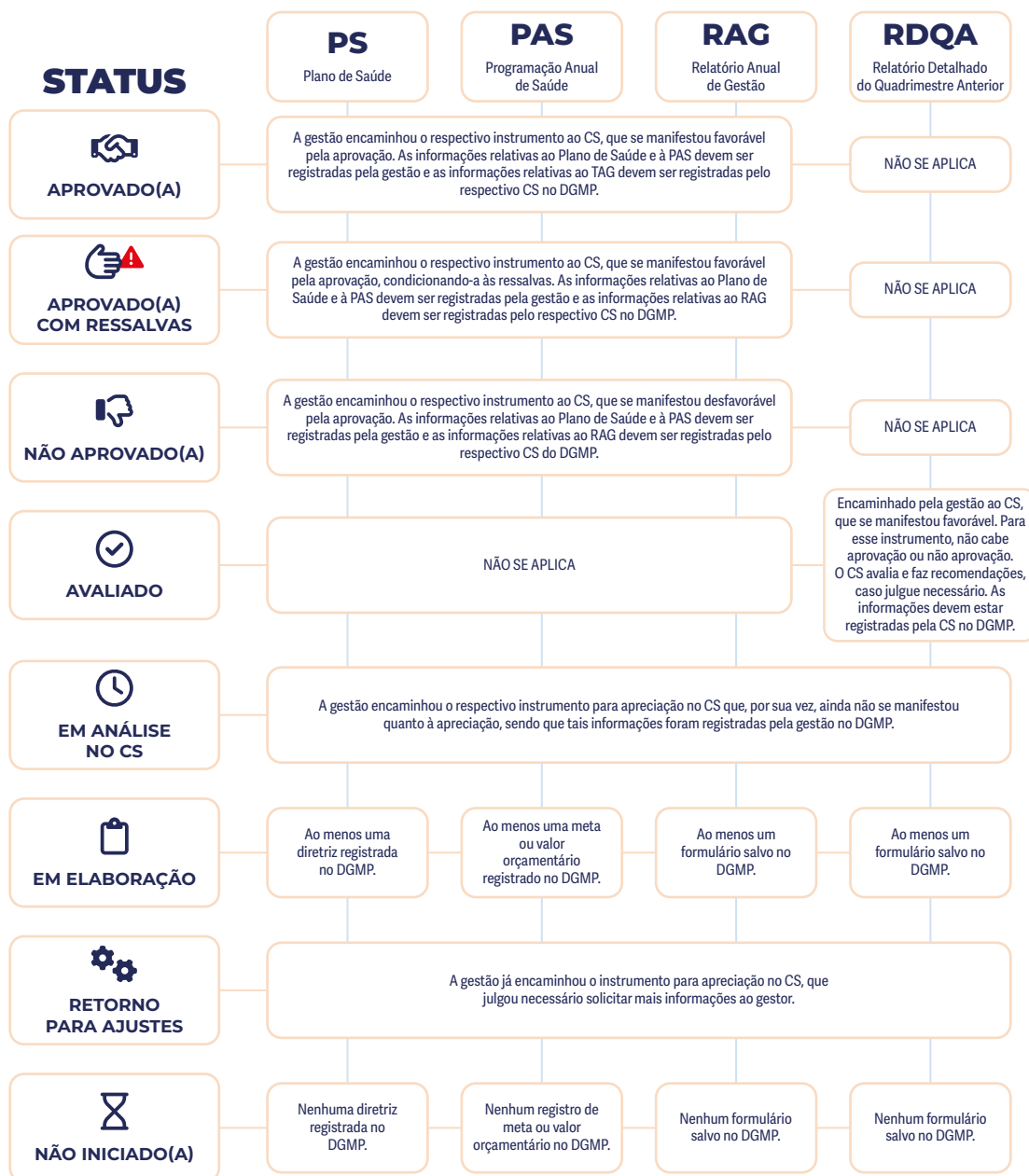
Tatiane Souza – Editora MS/CGDI

Design editorial:

Marcos Melquiades – Editora MS/CGDI

SOBRE OS STATUS NOS GRÁFICOS

Neste boletim, os status apresentados nos gráficos referem-se às situações dos instrumentos de planejamento quanto a sua elaboração, encaminhamento e apreciação nos respectivos Conselhos de Saúde (CS). O infográfico a seguir apresenta os significados referentes a cada status.



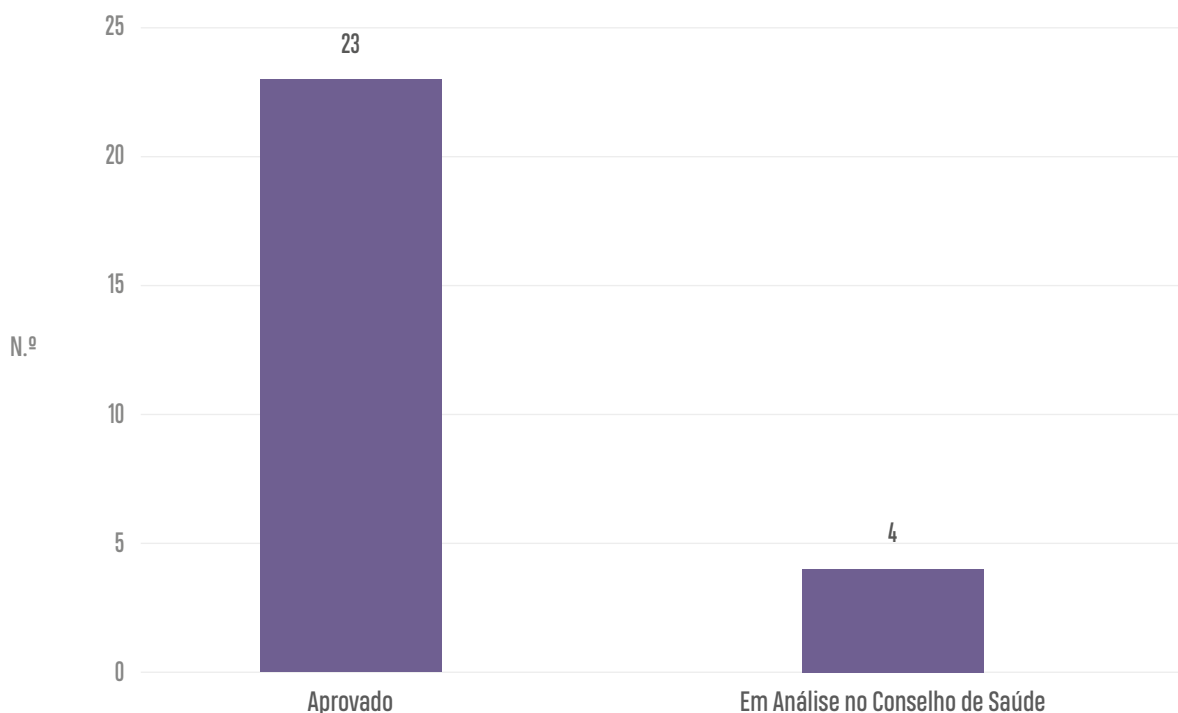
Encaminhado pela gestão ao CS, que se manifestou favorável. Para esse instrumento, não cabe aprovação ou não aprovação. O CS avalia e faz recomendações, caso julgue necessário. As informações devem estar registradas pela CS no DGMP.

RESULTADOS

Resultados relativos ao Plano de Saúde

O Gráfico 1 apresenta a situação do Plano de Saúde (PS) para os estados e o Distrito Federal no quadriênio 2020-2023, conforme dados disponíveis no DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP). Quatro Secretarias Estaduais de Saúde (Amazonas, Pará, Alagoas e Goiás), cuja situação no gráfico está descrita como “Em análise no Conselho de Saúde”, ainda não inseriram no DGMP as resoluções de aprovação dos respectivos Planos de Saúde.

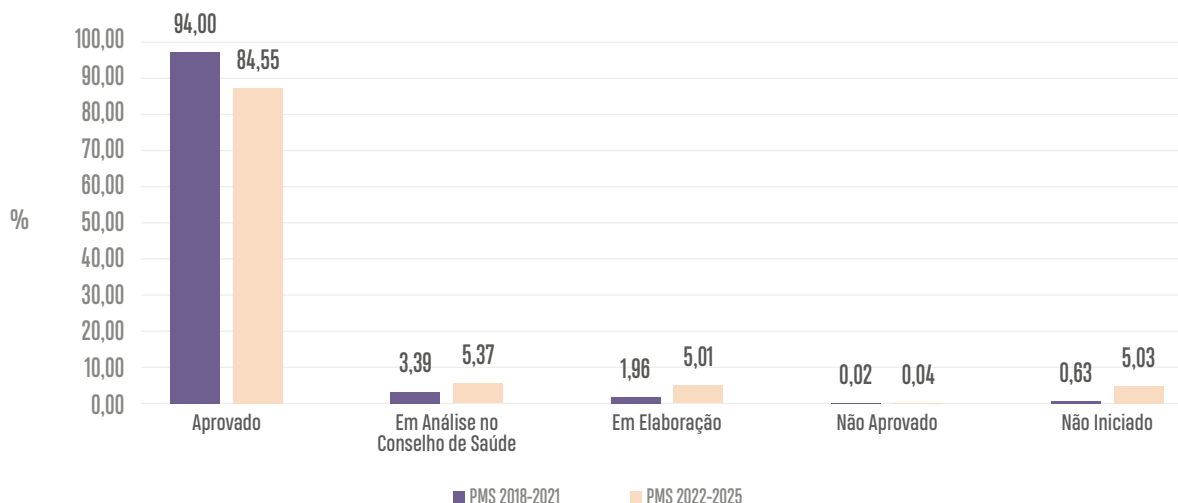
Gráfico 1 – Número das unidades federativas que registraram o Plano de Saúde no DGMP, segundo status (2020-2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Com relação aos municípios, observa-se pelo Gráfico 2 que a maior parte está com os Planos de Saúde aprovados pelo Conselho de Saúde para os dois ciclos de planejamento. Um total de 189 municípios (2018-2021) e 299 municípios (2022-2025) estão com seus PS “Em análise no Conselho de Saúde”, portanto ainda não inseriram no DGMP as resoluções de aprovação do respectivo instrumento.

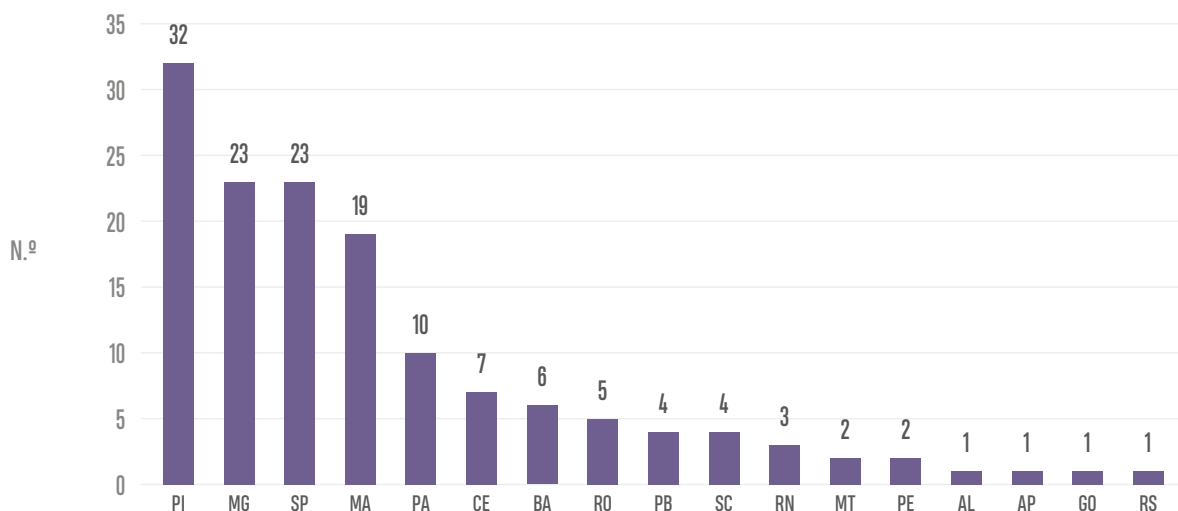
Gráfico 2 – Situação do Plano de Saúde dos municípios brasileiros, segundo status (2018–2021 e 2022–2025)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Há um quantitativo de municípios que não inseriram o Plano de Saúde no DGMP (Em elaboração + Não iniciado). São 144 municípios (2018-2021), distribuídos por 17 estados brasileiros, a maior parte deles em quatro estados: Piauí (32), Minas Gerais (23), São Paulo (23) e Maranhão (19), conforme Gráfico 3.

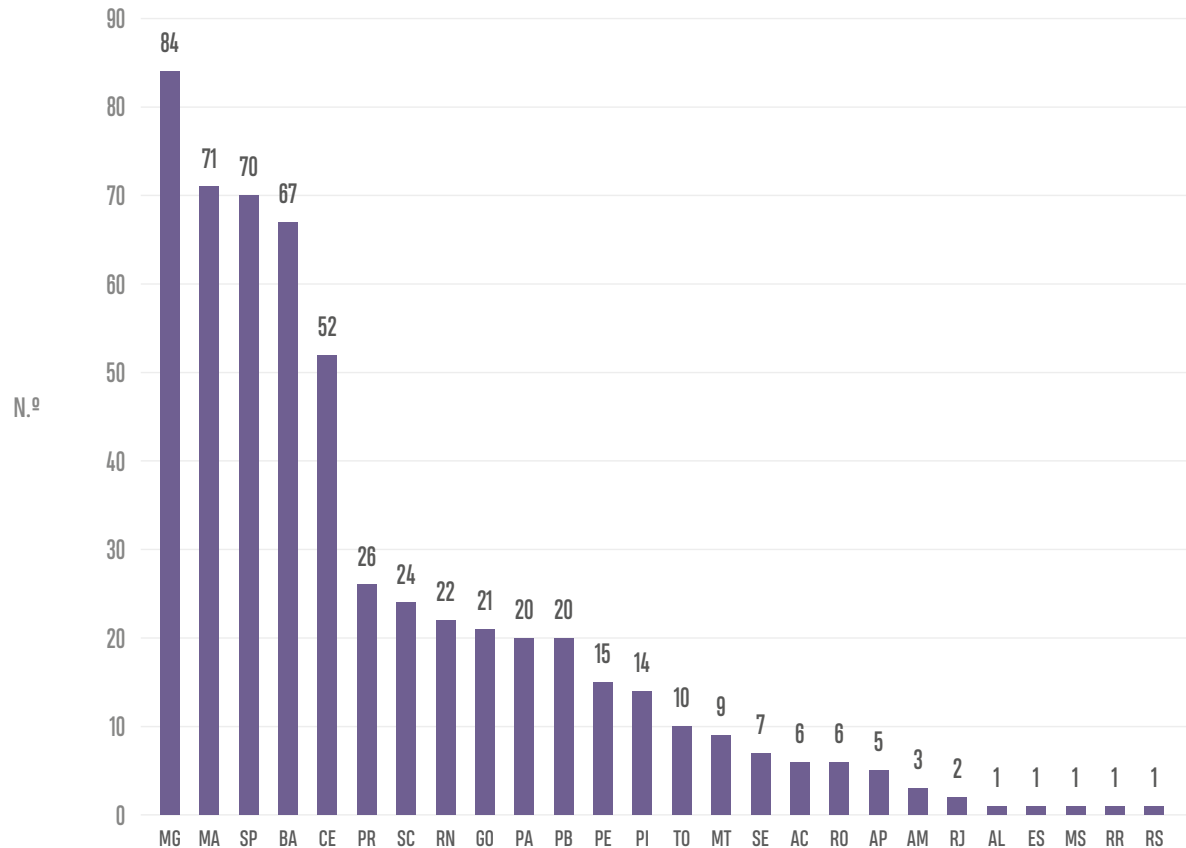
Gráfico 3 – Número de municípios que não inseriram o Plano de Saúde 2018–2021 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Para o ciclo de planejamento 2022-2025, são 559 municípios que não inseriram o Plano de Saúde no DGMP (Em elaboração + Não iniciado).

Gráfico 4 – Número de municípios que não inseriram o Plano de Saúde 2022-2025 no DGMP, segundo estado

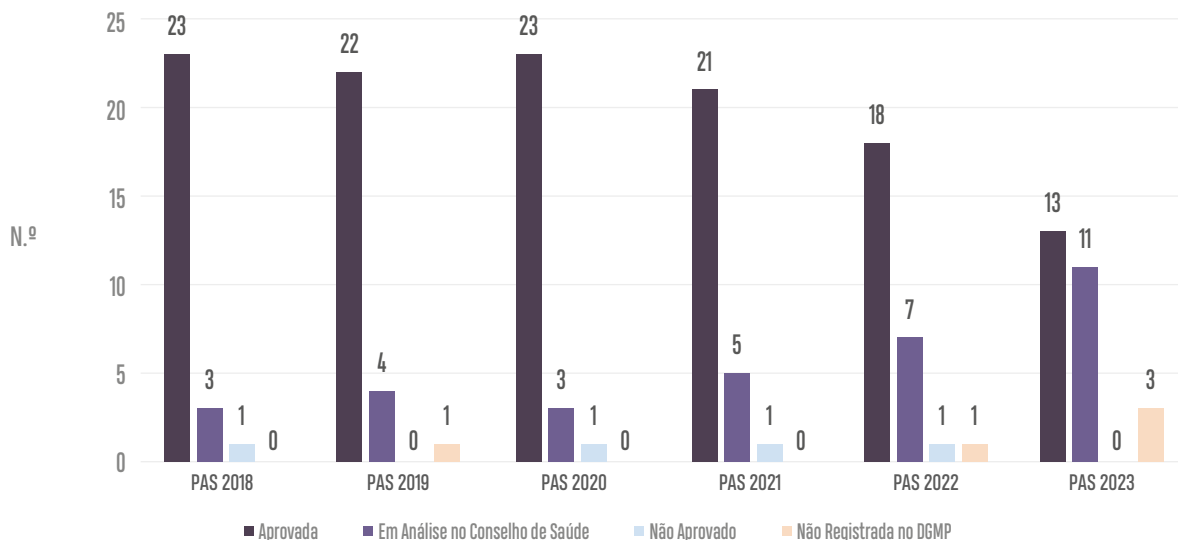


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Resultados relativos à Programação Anual de Saúde – PAS

Considerando-se os status que representam registro da PAS no DGMP (Aprovada + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), observa-se pelo Gráfico 5 que o número foi semelhante para quase todos os anos da série, excetuando-se o ano de 2023, ligeiramente menor: 2018 (27), 2019 (26), 2020 (27), 2021 (27), 2022 (26) e 2023 (24). Três estados não registraram a PAS de 2023 no DGMP. Há pendências ainda em 2019 e 2022 (um estado em cada ano).

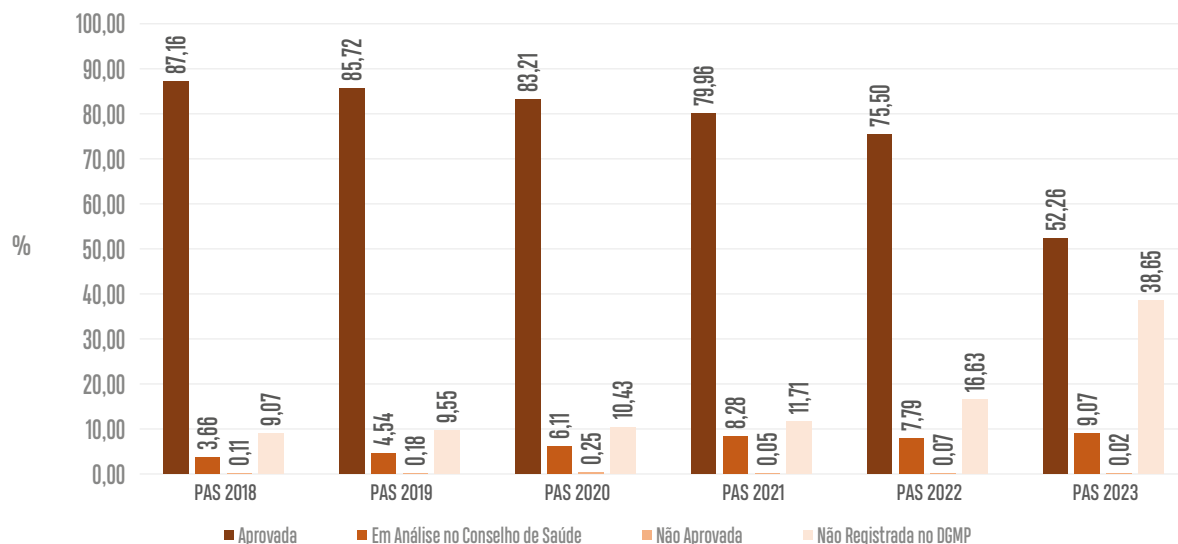
Gráfico 5 – Número de unidades federativas, segundo a situação da PAS (2018 a 2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Em análise similar para os municípios, considerando-se os status que representam registro no DGMP (Aprovada + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), as proporções são apresentadas no Gráfico 6: 2018 (90,93%), 2019 (90,45%), 2020 (89,57%), 2021 (88,29%), 2022 (83,37%) e 2023 (61,35%).

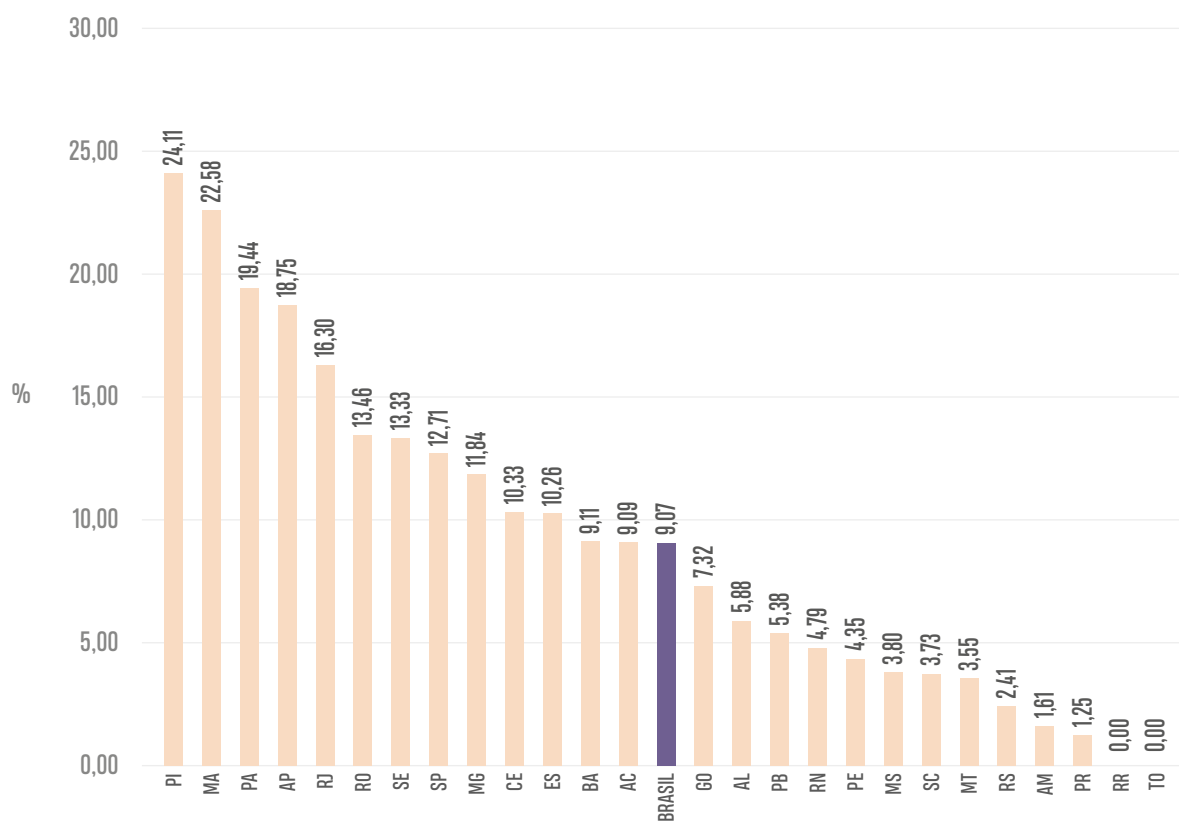
Gráfico 6 – Percentual de municípios brasileiros segundo a situação da PAS (2018 a 2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

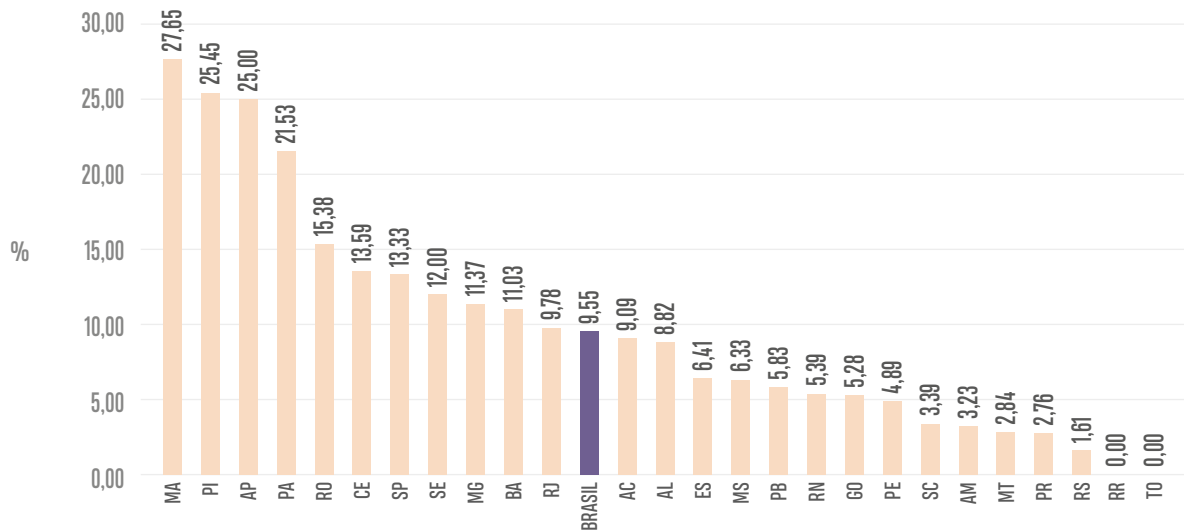
Por outro lado, há municípios que não inseriram a PAS no DGMP em toda a série histórica. A inserção da PAS é condição para elaboração do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e do Relatório Anual de Gestão (RAG) dos respectivos anos. Em 2018, aproximadamente 9% dos municípios não tinham inserido a PAS no DGMP. A maior proporção foi observada no estado do Piauí (24,11% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2018 no DGMP, segundo estado



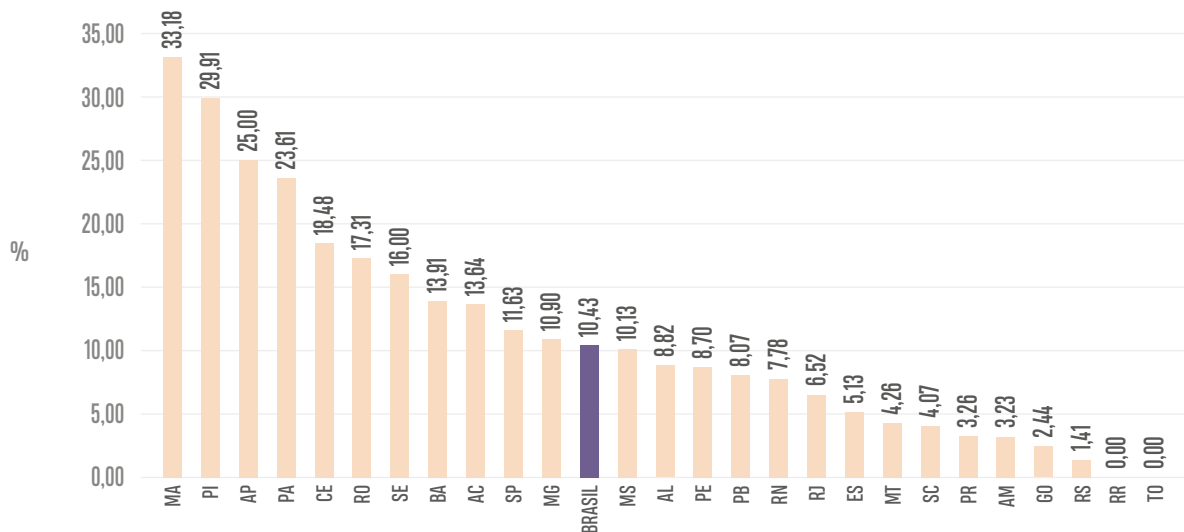
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Com relação à PAS 2019, a maior proporção de municípios que não registraram esse instrumento no DGMP foi verificada no estado do Maranhão (27,65%). A proporção para todo o País foi de 9,55%. A situação de todos os estados é apresentada no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2019 no DGMP, segundo estado

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

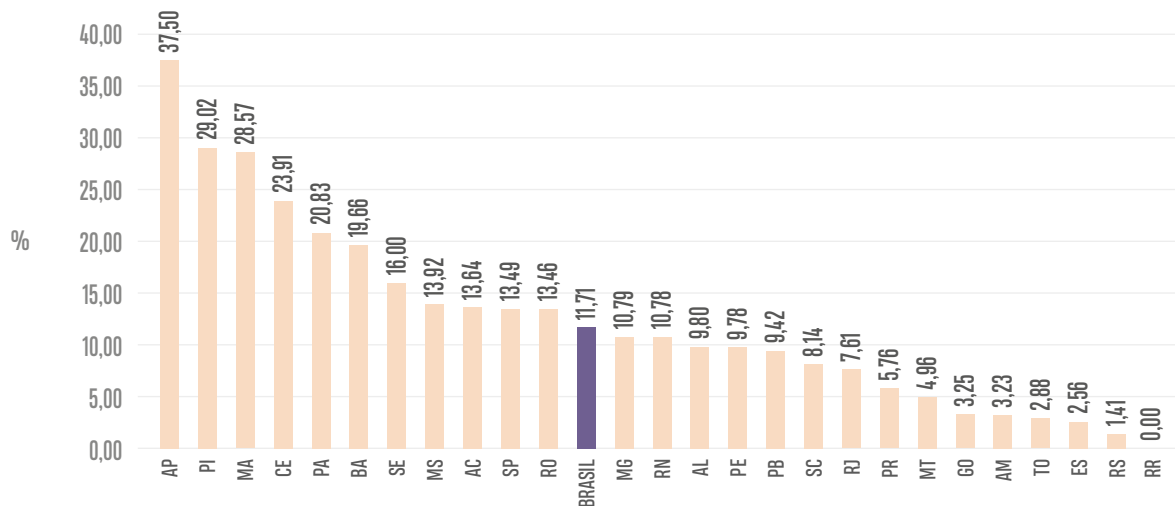
Para a PAS 2020, a maior proporção de municípios que não registraram esse instrumento no DGMP foi observada no estado do Maranhão (33,18%). A situação por estado está descrita no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2020 no DGMP, segundo estado

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

No referente à PAS 2021, conforme Gráfico 10, o estado do Amapá apresentou a maior proporção de municípios que não fizeram o registro no DGMP (37,50%).

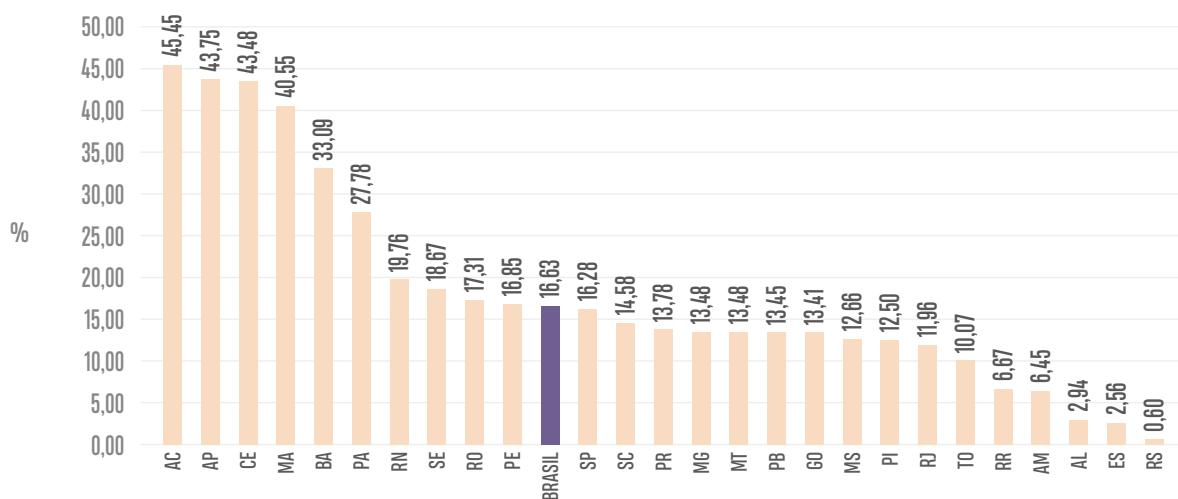
Gráfico 10 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2021 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Segundo Gráfico 11, para a PAS 2022, cerca de 45% dos municípios do estado do Acre não tinham registrado esse instrumento no DGMP.

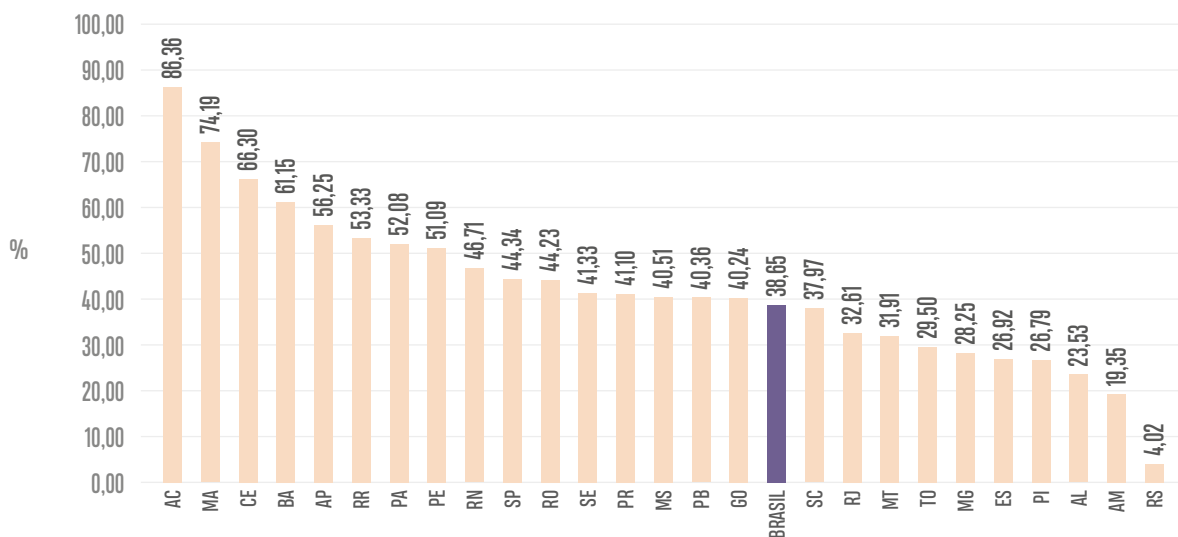
Gráfico 11 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2022 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

No tocante ao ano de 2023, em torno de 86% dos municípios do estado do Acre não tinham realizado o registro no DGMP (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Proporção de municípios que não registraram a PAS 2023 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

No que concerne à série histórica analisada com relação às pendências de registro das PAS no DGMP, registra-se que 2.407 municípios (46,23% do total de municípios brasileiros) possuem pendências quanto ao registro, o que representa decréscimo de 6,74% em relação à apuração realizada em 31 de agosto de 2023 (2.581 municípios com pendências). Desse total, a maior parte está com uma pendência de registro em um dos anos, totalizando 1.161 municípios (48,23% do total de municípios com pendências), não estando pendentes quanto ao demais anos da série.

Na sequência, 542 municípios (22,52% do total de municípios com pendências) não registraram 2 programações; 228 municípios não registraram 3 programações (9,47% do total de municípios com pendências); 164 municípios não registraram 4 programações (6,81% do total de municípios com pendências); 109 municípios não registraram 5 programações (4,52% do total de municípios com pendências); e 203 municípios não registraram 6 programações (8,43% do total de municípios com pendências).

Destaca-se que a elaboração dos RDQA e dos RAG somente é possível após finalização da PAS do respectivo exercício, portanto os entes que não registraram a PAS no DGMP também estão com pendências nos referidos relatórios.

A Tabela 1 apresenta o quantitativo de municípios com pendência de registro da PAS por estado.

Tabela 1 – Número de municípios com pendências de registro da PAS no DGMP, segundo estado e por quantitativo de pendências, 2018 a 2023

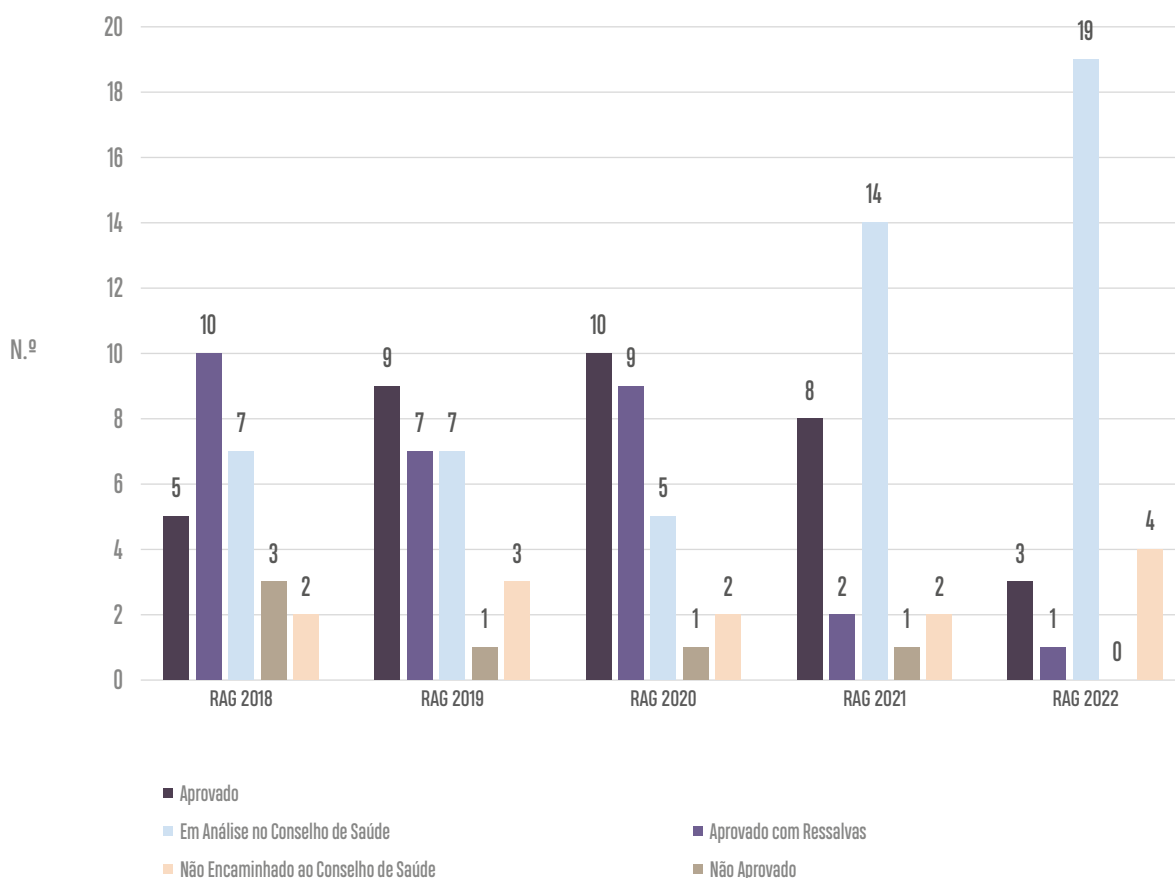
UF	Número de PAS com Pendência de Registro no DGMP						N.º de Municípios com Pendência	Número Total de Municípios	% de Municípios com Pendência
	Uma	Duas	Três	Quatro	Cinco	Seis			
AC	9	7	0	1	0	2	19	22	86,36
AL	20	5	7	0	2	0	34	102	33,33
AM	8	3	0	1	1	0	13	62	20,97
AP	3	3	1	1	1	2	11	16	68,75
BA	109	83	26	12	12	26	268	417	64,27
CE	41	40	13	8	6	17	125	184	67,93
ES	19	3	3	2	0	0	27	78	34,62
GO	61	30	8	5	0	2	106	246	43,09
MA	61	33	21	15	10	32	172	217	79,26
MG	128	64	38	29	11	33	303	853	35,52
MS	23	5	4	3	0	2	37	79	46,84
MT	21	19	1	0	0	4	45	141	31,91
PA	29	18	5	6	10	14	82	144	56,94
PB	58	14	7	5	3	7	94	223	42,15
PE	61	15	7	8	4	2	97	184	52,72
PI	24	14	18	22	13	12	103	224	45,98
PR	110	36	9	6	4	3	168	399	42,11
RJ	18	13	5	2	1	1	40	92	43,48
RN	42	19	7	6	2	4	80	167	47,90
RO	11	5	2	2	2	3	25	52	48,08
RR	7	1	0	0	0	0	8	15	53,33
RS	28	5	5	1	0	0	39	497	7,85
SC	69	27	11	4	2	5	118	295	40,00
SE	14	5	1	2	7	3	32	75	42,67
SP	158	66	25	23	18	29	319	645	49,46
TO	29	9	4	0	0	0	42	139	30,22
BRASIL	1.161	542	228	164	109	203	2.407	5.568	43,23

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão – RAG

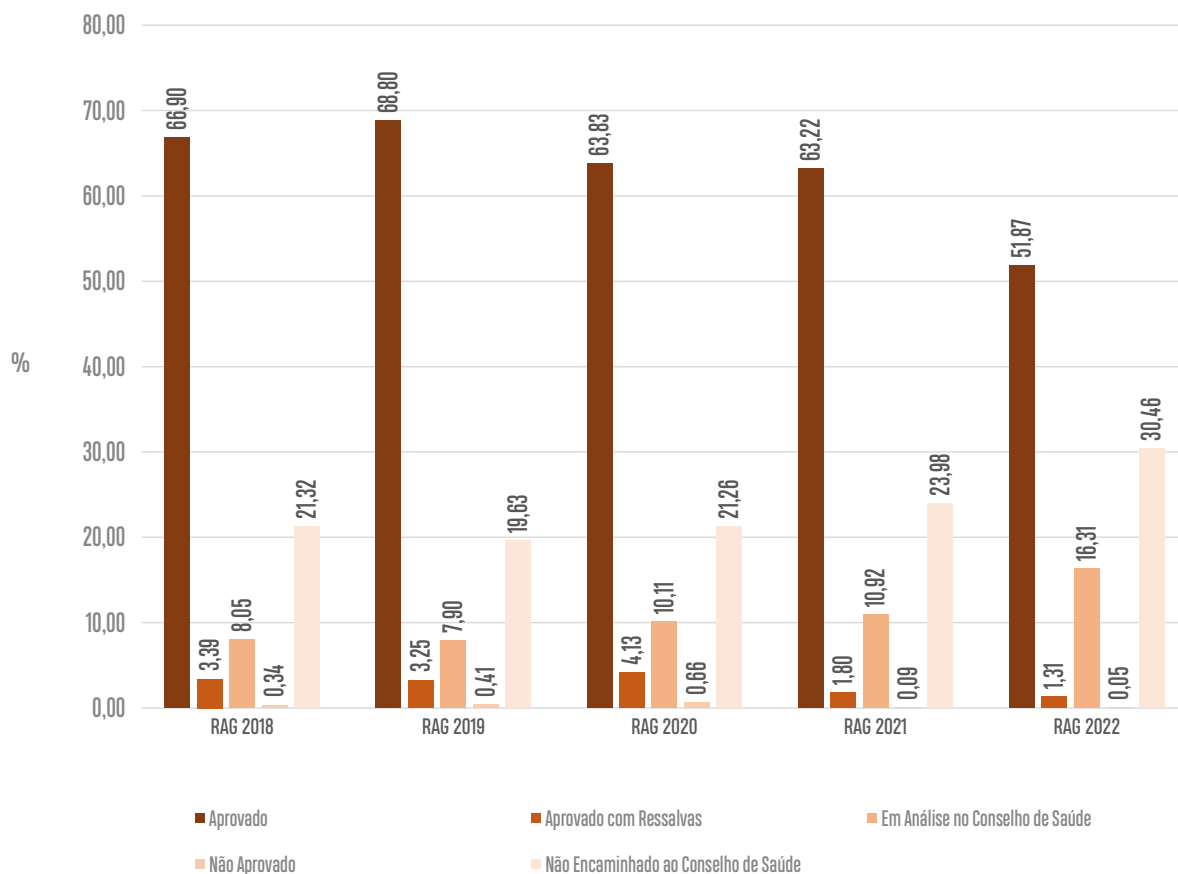
A maior parte das unidades federativas encaminharam pelo DGMP os RAG de 2018 (25), 2019 (24), 2020 (25) e 2021 (25) para apreciação do Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalvas + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovado), conforme Gráfico 13. Quatro unidades federativas não enviaram o RAG de 2022. Há pendências ainda em 2018 (dois estados), 2019 (três estados), 2020 (dois estados) e 2021 (dois estados).

Gráfico 13 – Número de unidades federativas, segundo situação do RAG (2018 a 2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Quanto aos municípios, excetuando-se o ano de 2022, mais de 75% deles encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no Conselho de Saúde): RAG 2018 (78,68%), RAG 2019 (80,35%), RAG 2020 (78,74%) e RAG 2021 (76,02%). Para o ano de 2022, as proporções observadas foram de 69,54%, conforme Gráfico 14.

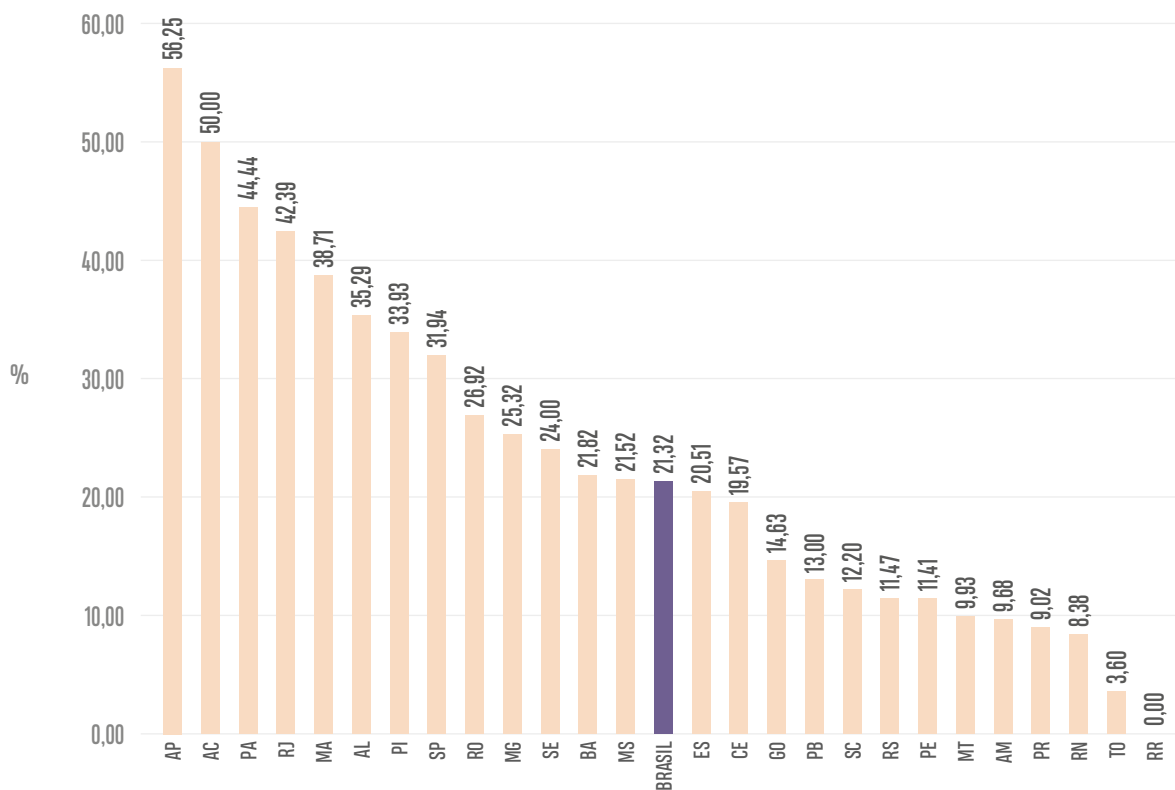
Gráfico 14 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RAG (2018 a 2022)

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Entretanto, há municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde, fato observado em todos os anos da série histórica.

Em 2018, observou-se que 21,32% dos municípios não tinham encaminhado o RAG para apreciação no Conselho de Saúde. A maior proporção foi identificada no estado do Amapá (56,25% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no Gráfico 15.

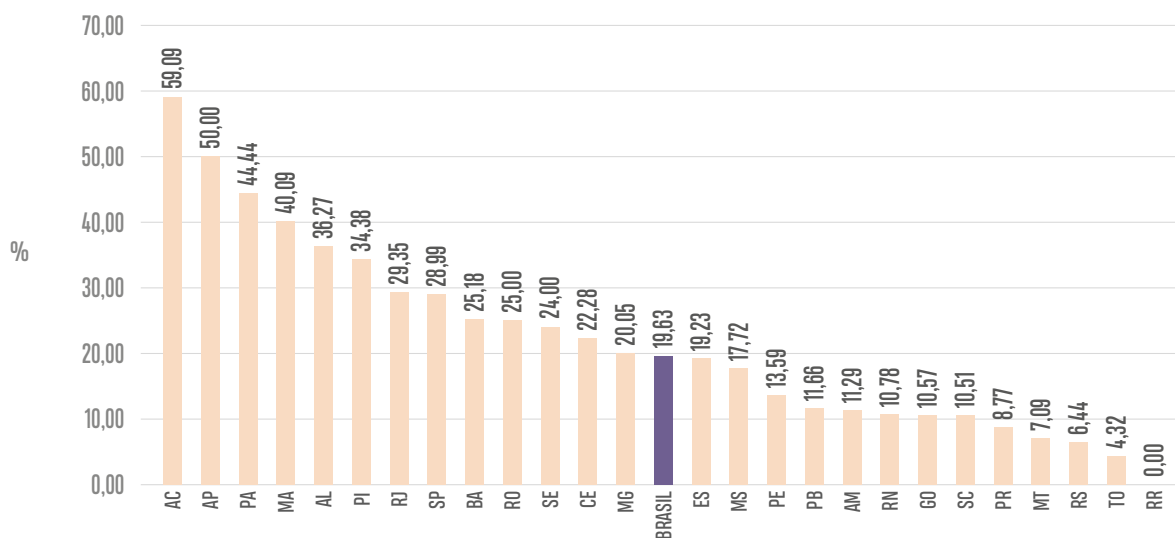
Gráfico 15 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2018 para análise no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Para o ano de 2019, a proporção de municípios que não tinham encaminhado o RAG para apreciação no Conselho de Saúde (19,63%) foi um pouco menor em relação à proporção do ano anterior (21,32%). A maior proporção foi observada no estado do Acre (59,09% dos municípios). As proporções por todas unidades federativas são apresentadas no Gráfico 16.

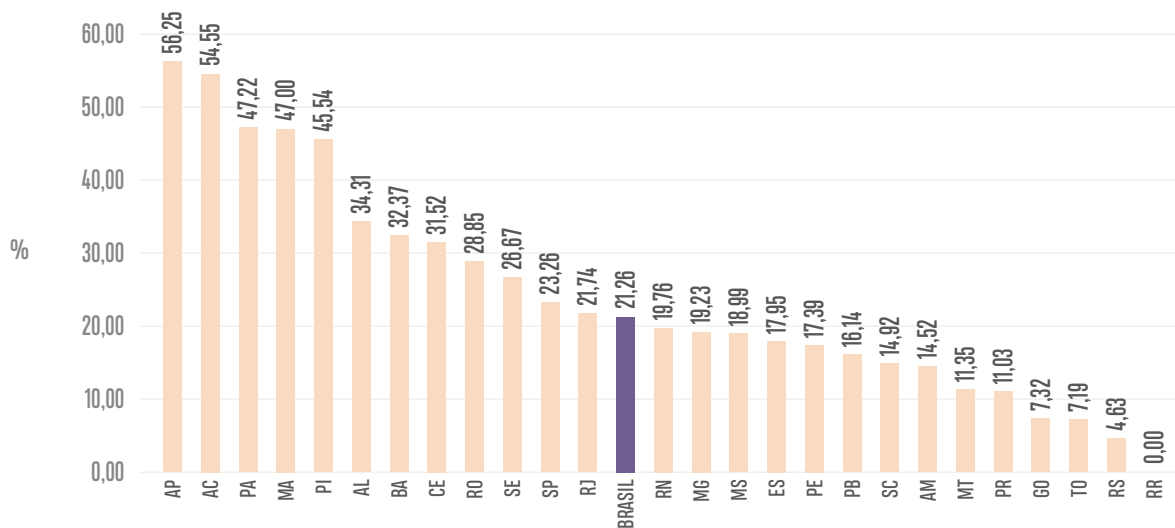
Gráfico 16 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2019 para análise no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/8/2023.

Para o ano de 2020, o estado do Amapá apresentou a maior proporção de municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde. Para o País, esse percentual foi de 21,26% (Gráfico 17).

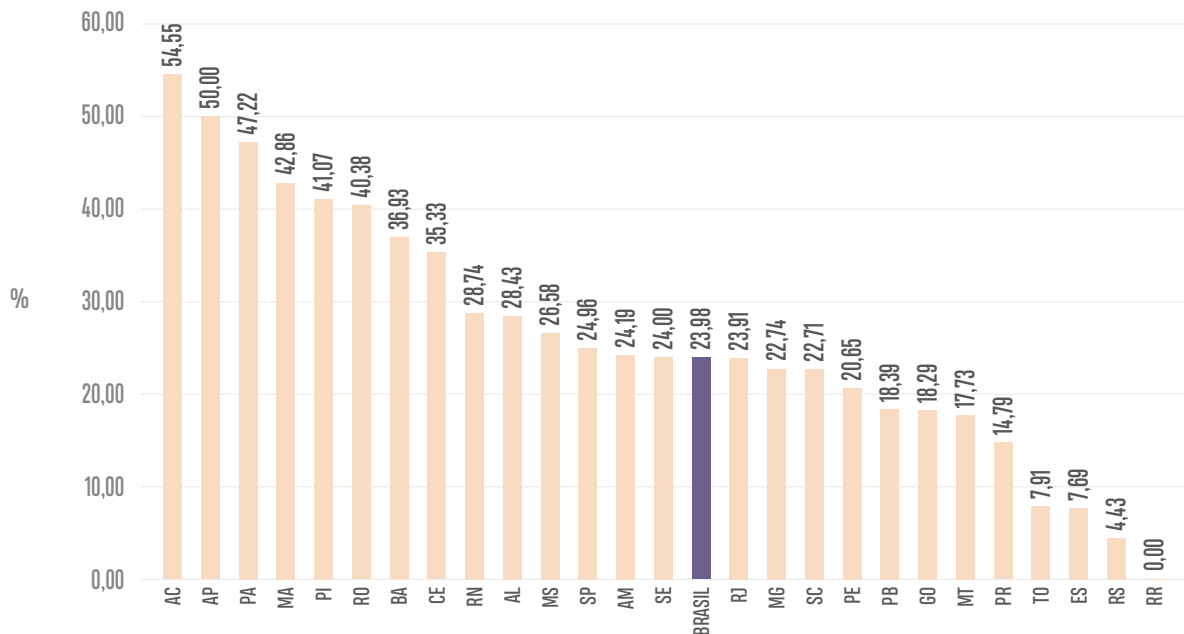
Gráfico 17 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2020 para análise no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Em 2021, a proporção de municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde foi de 23,98%. A média observada nos três anos anteriores (2018, 2019 e 2020) foi de 20,73%. Assim, houve em 2021 incremento de 3,25 pontos percentuais nas pendências em relação à média histórica até então verificada. As proporções para o ano de 2021 estão dispostas no Gráfico 18.

Gráfico 18 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2021 para análise no Conselho de Saúde, segundo estado



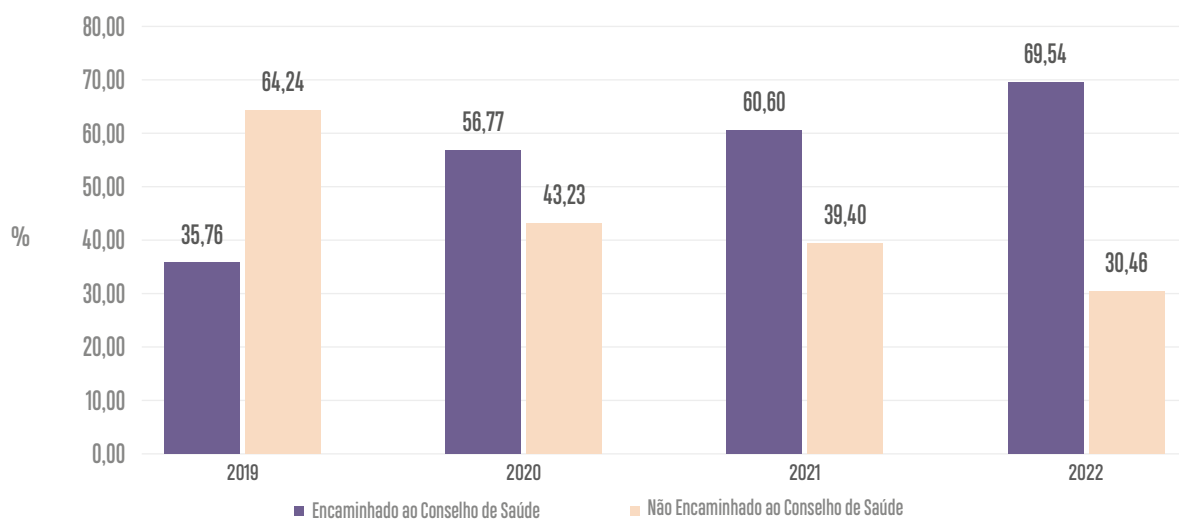
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

A análise da entrega do RAG de 2022 deve ser feita de forma isolada, não cabendo comparações com os dados observados nos anos anteriores, visto que a primeira apuração realizada para o ano de 2022 foi realizada no final de março de 2023.

No entanto, é possível comparar as entregas do RAG 2022 com RAG 2019, RAG 2020 e RAG 2021, tomando por base a proporção de municípios que encaminharam o referido relatório para apreciação no Conselho de Saúde até o final de agosto do ano subsequente ao exercício.

Nesse contexto, observa-se melhor desempenho para a proporção de entrega do RAG 2022 em relação aos dois anos anteriores, porém percebe-se uma grande proporção de pendências (Gráfico 19).

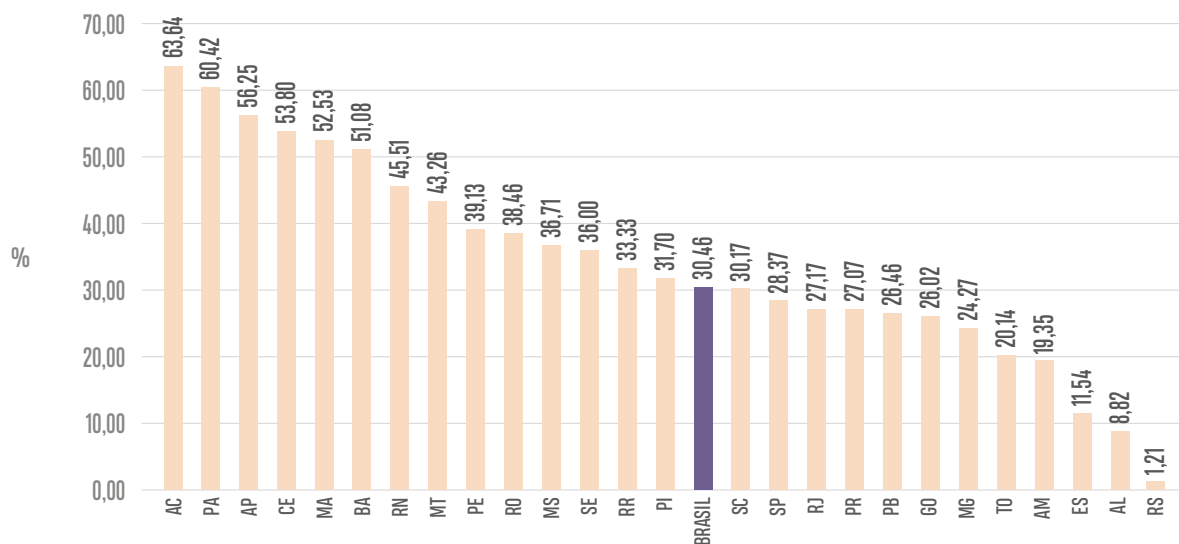
Gráfico 19 – Proporção da situação de entrega do RAG dos municípios para análise no Conselho de Saúde (2020, 2021 e 2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2020 (RAG 2019); 30/9/2021 (RAG 2020); 30/9/2022 (RAG 2021); e 30/9/2023 (RAG 2022).

A seguir, no Gráfico 20, são apresentadas as proporções de municípios que não tinham encaminhado o RAG 2022 para apreciação no Conselho de Saúde. A maior proporção foi observada no estado do Acre (63,64% dos municípios).

Gráfico 20 – Proporção de municípios que não encaminharam o RAG 2022 para análise no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

No que concerne à série histórica analisada com relação às pendências de envio de RAG para apreciação no Conselho de Saúde, registra-se que 2.478 municípios (44,50% do total de municípios brasileiros) possuem pendências, o que representa decréscimo de 3,73% em relação à apuração realizada em 31 de agosto de 2023 (2.574 municípios com pendências).

Desse total, a maior parte está com pendência de envio em um dos anos, totalizando 918 municípios (37,05% do total de municípios com pendências), não estando pendentes quanto aos demais anos da série.

Na sequência, 444 municípios (17,92% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em 2 anos; 316 municípios (12,75% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em 3 anos; 259 municípios (10,45% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em 4 anos; e 541 municípios (21,83% do total de municípios com pendências) não enviaram o RAG em 5 anos, isto é, pendentes em todos os anos.

A Tabela 2 apresenta o quantitativo de municípios com pendência de envio do RAG para apreciação no Conselho de Saúde.

Tabela 2 – Número de municípios com pendências de envio do RAG para apreciação no Conselho de Saúde, segundo estado e por quantitativo de pendências, 2018 a 2022

UF	Quantidade de RAG não Encaminhados ao Conselho de Saúde					N.º de Municípios com Pendência	Número Total de Municípios	% de Municípios com Pendência
	Um	Dois	Três	Quatro	Cinco			
AC	4	1	0	4	8	17	22	77,27
AL	13	12	6	19	3	53	102	51,96
AM	7	4	4	3	2	20	62	32,26
AP	4	0	2	2	5	13	16	81,25
BA	88	36	37	23	67	251	417	60,19
CE	40	15	19	3	32	109	184	59,24
ES	10	6	4	4	2	26	78	33,33
GO	40	28	11	5	8	92	246	37,40
MA	34	23	22	16	54	149	217	68,66
MG	151	70	46	42	71	380	853	44,55
MS	15	7	2	4	9	37	79	46,84
MT	40	12	3	2	9	66	141	46,81
PA	26	10	12	11	45	104	144	72,22
PB	27	22	7	6	15	77	223	34,53
PE	44	8	8	6	16	82	184	44,57
PI	33	11	27	23	38	132	224	58,93
PR	61	21	15	11	18	126	399	31,58
RJ	17	14	6	5	10	52	92	56,52
RN	46	16	11	7	10	90	167	53,89
RO	9	2	2	1	12	26	52	50,00
RR	5	0	0	0	0	5	15	33,33
RS	44	23	6	8	0	81	497	16,30
SC	46	22	12	9	21	110	295	37,29
SE	11	3	3	5	11	33	75	44,00
SP	82	73	46	39	73	313	645	48,53
TO	21	5	5	1	2	34	139	24,46
BRASIL	918	444	316	259	541	2.478	5.568	44,50

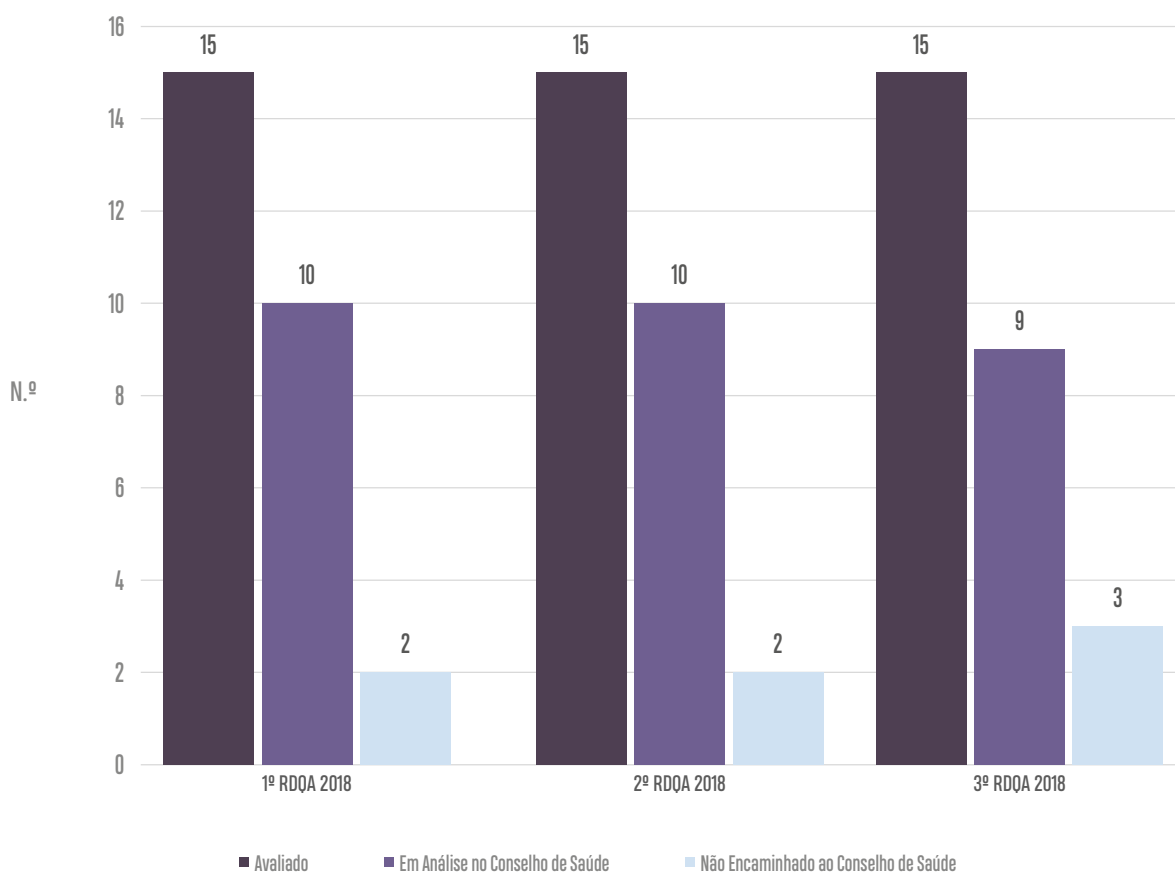
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA

RDQA de 2018

Em relação às unidades federativas, a maior parte encaminhou o RDQA para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) nos três quadrimestres de 2018, conforme Gráfico 21.

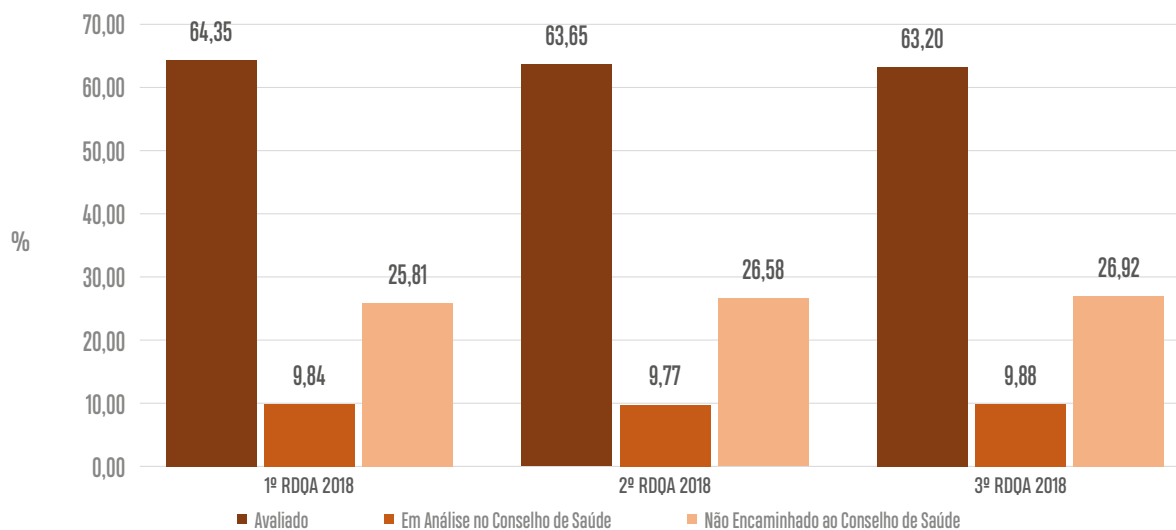
Gráfico 21 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Semelhante análise para os municípios demonstra que, na média dos três RDQA de 2018, 73,56% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde), e 26,44% estão pendentes. O Gráfico 22 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

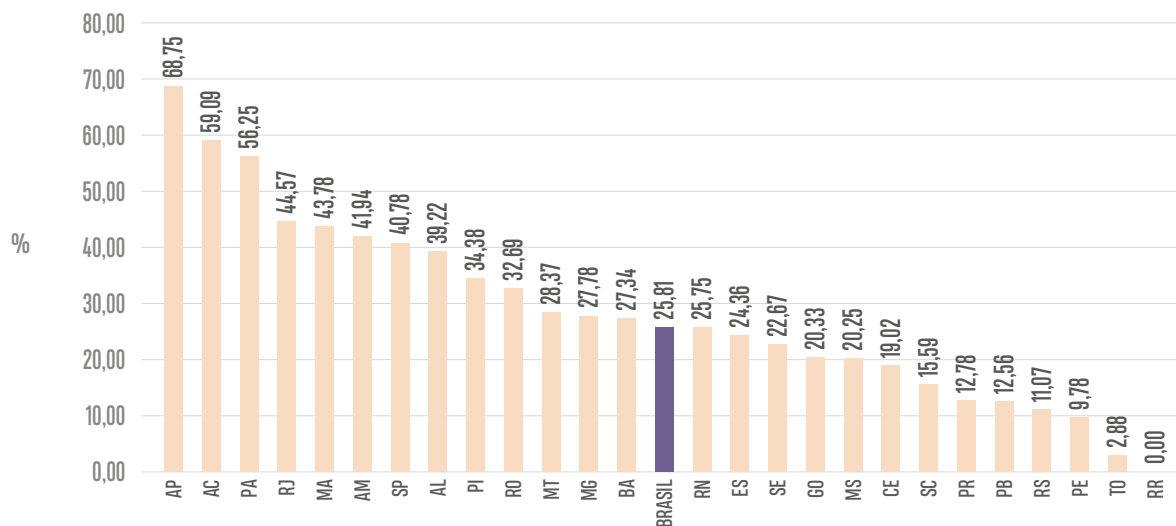
Gráfico 22 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Analisando-se os municípios que não encaminharam os RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado do Amapá para os três quadrimestres (Gráficos 23, 24 e 25).

Gráfico 23 – Proporção de municípios que não encaminharam o primeiro RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



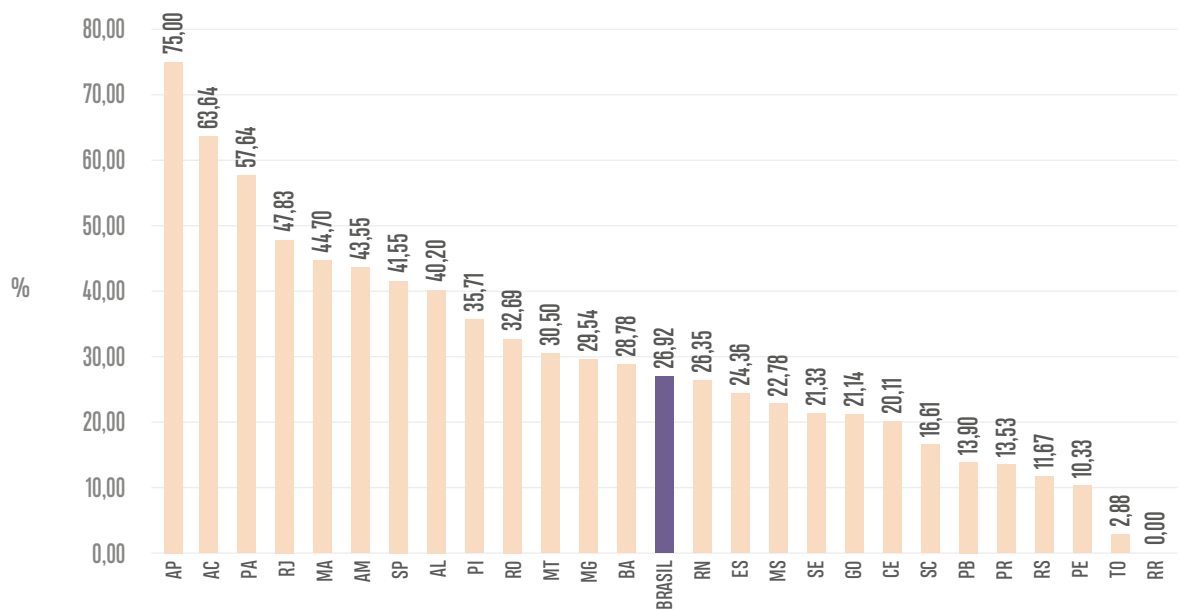
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Gráfico 24 – Proporção de municípios que não encaminharam o segundo RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Gráfico 25 – Proporção de municípios que não encaminharam o terceiro RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/8/2023.

Um total de 1.525 municípios não encaminhou pelo menos um dos três RDQA de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde (27,39% de todos os municípios brasileiros), o que representa um decréscimo de 1,74% em relação à apuração realizada em 31 de agosto de 2023 (1.552 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.419 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2018 (93,05% de todos municípios pendentes); 53 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2018 (3,47% de todos municípios pendentes); e 53 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2018 (3,47% de todos municípios pendentes). A Tabela 3 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 3 – Número de municípios com pendências de envio dos RDQA para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado e por quantidade, 2018

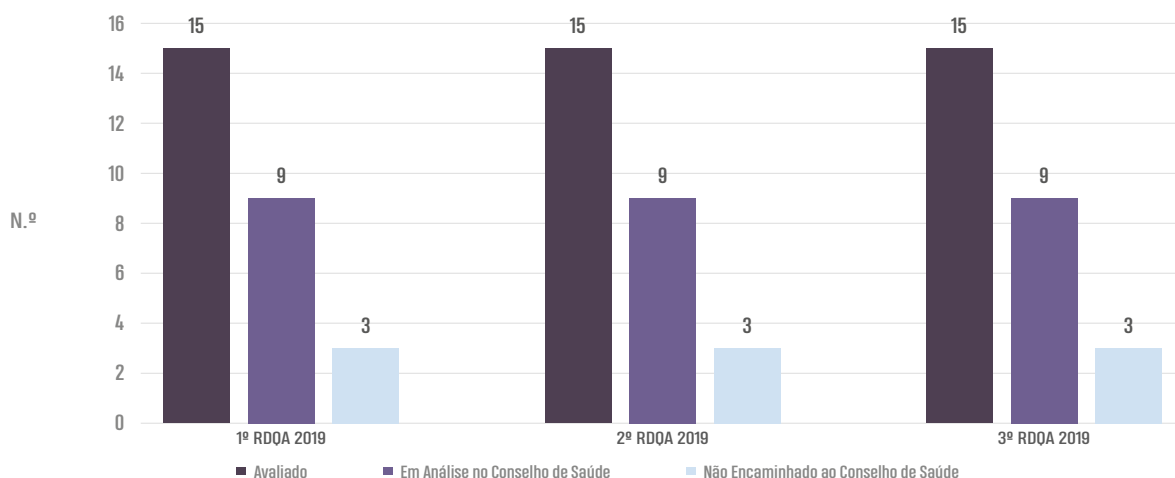
UF	Quantidade de RDQA 2018 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			N.º de Municípios com Pendência	Número Total de Municípios	% de Municípios com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	1	0	13	14	22	63,64
AL	1	0	40	41	102	40,20
AM	1	0	26	27	62	43,55
AP	0	1	11	12	16	75,00
BA	4	4	113	121	417	29,02
CE	3	0	35	38	184	20,65
ES	0	0	19	19	78	24,36
GO	1	1	50	52	246	21,14
MA	5	2	93	100	217	46,08
MG	9	12	236	257	853	30,13
MS	3	0	16	19	79	24,05
MT	2	2	39	43	141	30,50
PA	2	0	81	83	144	57,64
PB	1	2	28	31	223	13,90
PE	0	1	18	19	184	10,33
PI	4	2	75	81	224	36,16
PR	4	5	48	57	399	14,29
RJ	1	3	41	45	92	48,91
RN	1	0	43	44	167	26,35
RO	0	0	17	17	52	32,69
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	1	2	55	58	497	11,67
SC	2	3	45	50	295	16,95
SE	0	1	16	17	75	22,67
SP	7	12	257	276	645	42,79
TO	0	0	4	4	139	2,88
BRASIL	53	53	1.419	1.525	5.568	27,39

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

RDQA de 2019

Três unidades federativas ainda não encaminharam os três RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada status e quadrimestre está no Gráfico 26.

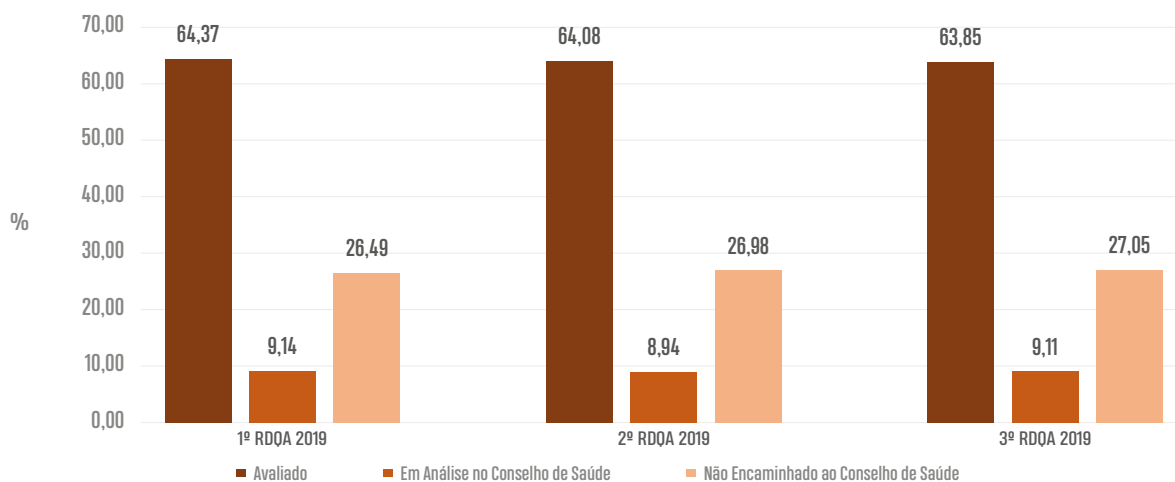
Gráfico 26 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

A mesma análise para os municípios aponta que, na média dos três RDQA de 2019, 73,16% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde), e 26,84% estão pendentes. O Gráfico 27 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

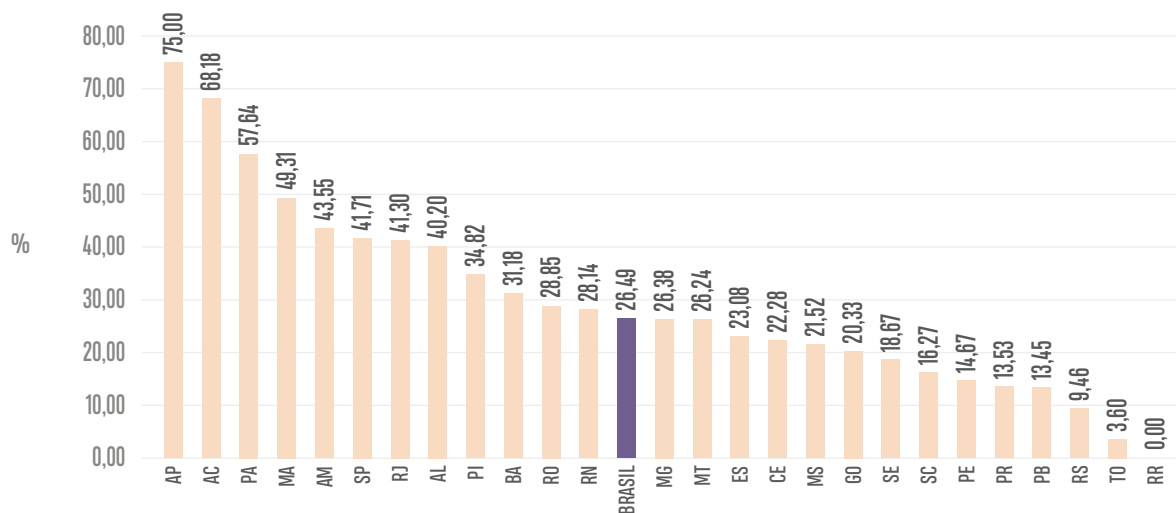
Gráfico 27 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

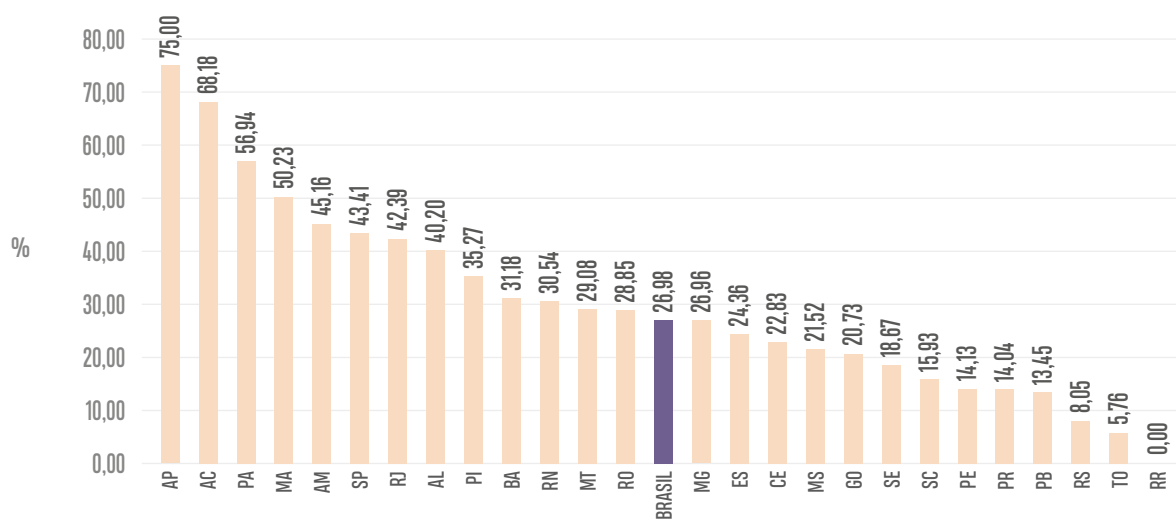
Analisando-se os municípios que não encaminharam os RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado do Amapá para os três quadrimestres (Gráficos 28, 29 e 30).

Gráfico 28 – Proporção de municípios que não encaminharam o primeiro RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



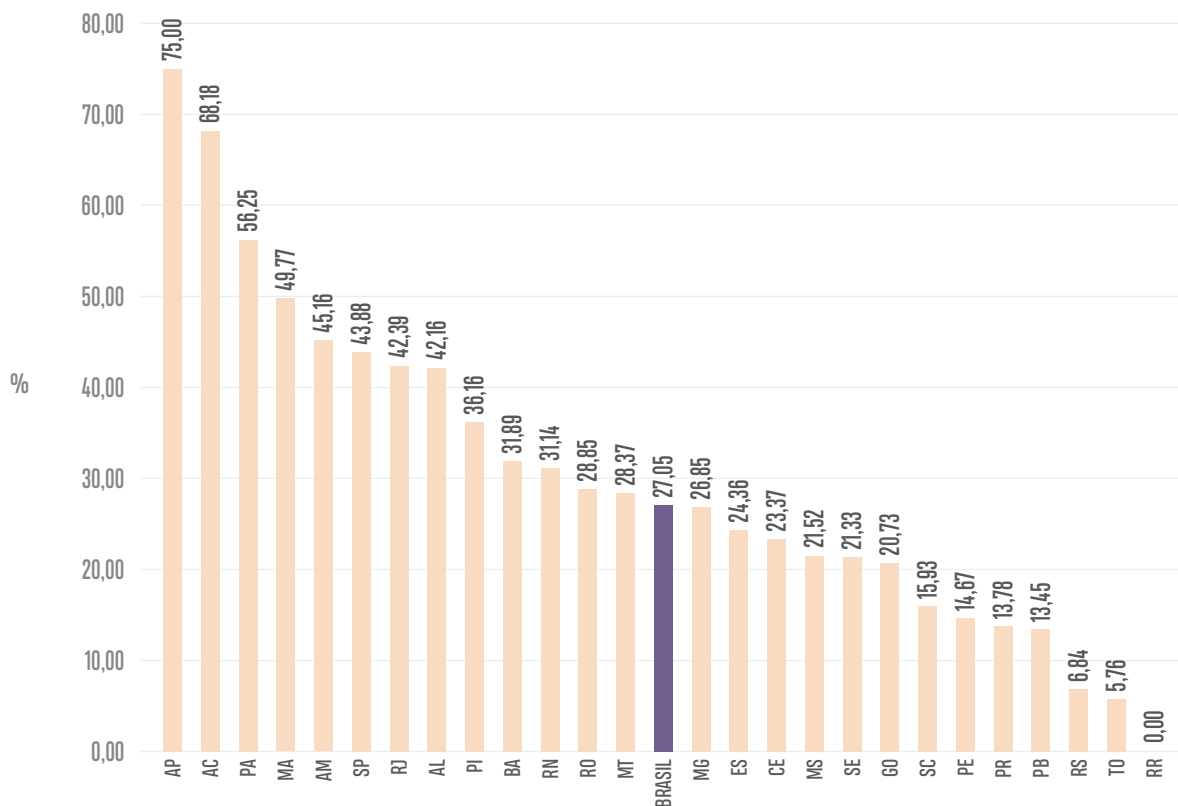
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Gráfico 29 – Proporção de municípios que não encaminharam o segundo RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Gráfico 30 – Proporção de municípios que não encaminharam o terceiro RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Com relação aos municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.544 (27,73% de todos os municípios brasileiros), o que representa decréscimo de 1,84% em relação à apuração realizada em 31 de agosto de 2023 (1.573 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.441 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2019 (93,32% de todos municípios pendentes); 57 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2019 (3,69% de todos municípios pendentes); e 46 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2019 (2,98% de todos municípios pendentes). A Tabela 4 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 4 – Número de municípios com pendências de envio dos RDQA para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado e por quantidade, 2019

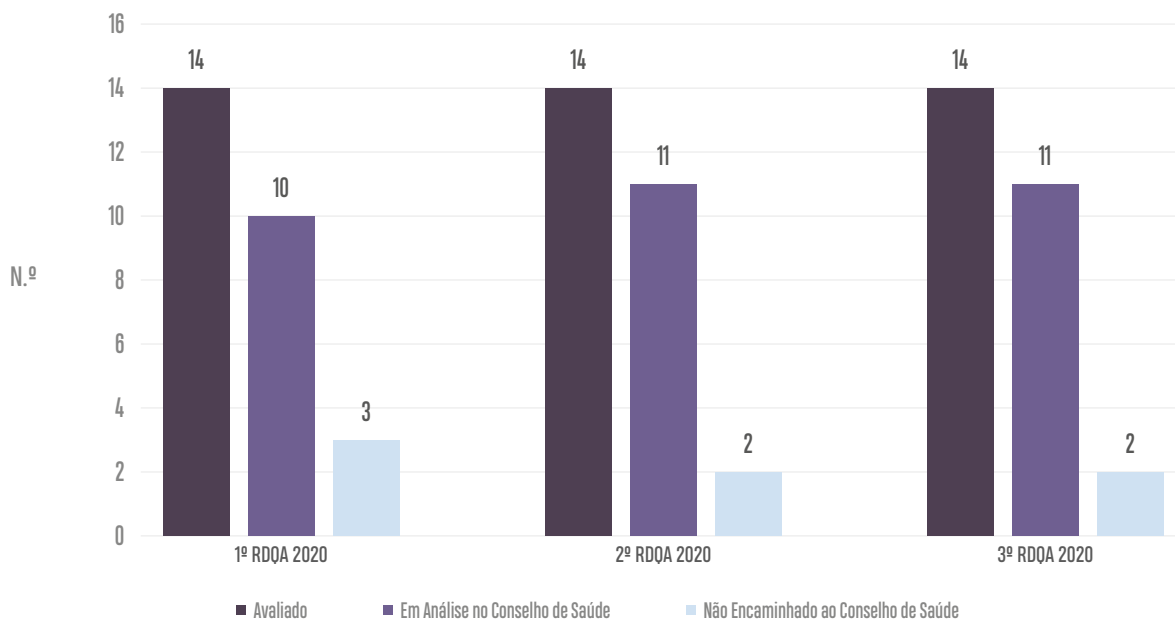
UF	Quantidade de RDQA 2019 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			N.º de Municípios com Pendência	Número Total de Municípios	% de Municípios com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	15	15	22	68,18
AL	2	0	41	43	102	42,16
AM	0	1	27	28	62	45,16
AP	0	0	12	12	16	75,00
BA	2	2	129	133	417	31,89
CE	1	1	41	43	184	23,37
ES	0	1	18	19	78	24,36
GO	0	1	50	51	246	20,73
MA	0	3	106	109	217	50,23
MG	9	9	219	237	853	27,78
MS	0	0	17	17	79	21,52
MT	1	3	37	41	141	29,08
PA	2	2	80	84	144	58,33
PB	0	0	30	30	223	13,45
PE	2	0	26	28	184	15,22
PI	2	1	78	81	224	36,16
PR	2	2	53	57	399	14,29
RJ	1	2	37	40	92	43,48
RN	1	4	47	52	167	31,14
RO	0	0	15	15	52	28,85
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	11	7	32	50	497	10,06
SC	3	2	45	50	295	16,95
SE	2	0	14	16	75	21,33
SP	5	13	267	285	645	44,19
TO	0	3	5	8	139	5,76
BRASIL	46	57	1.441	1.544	5.568	27,73

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

RDQA de 2020

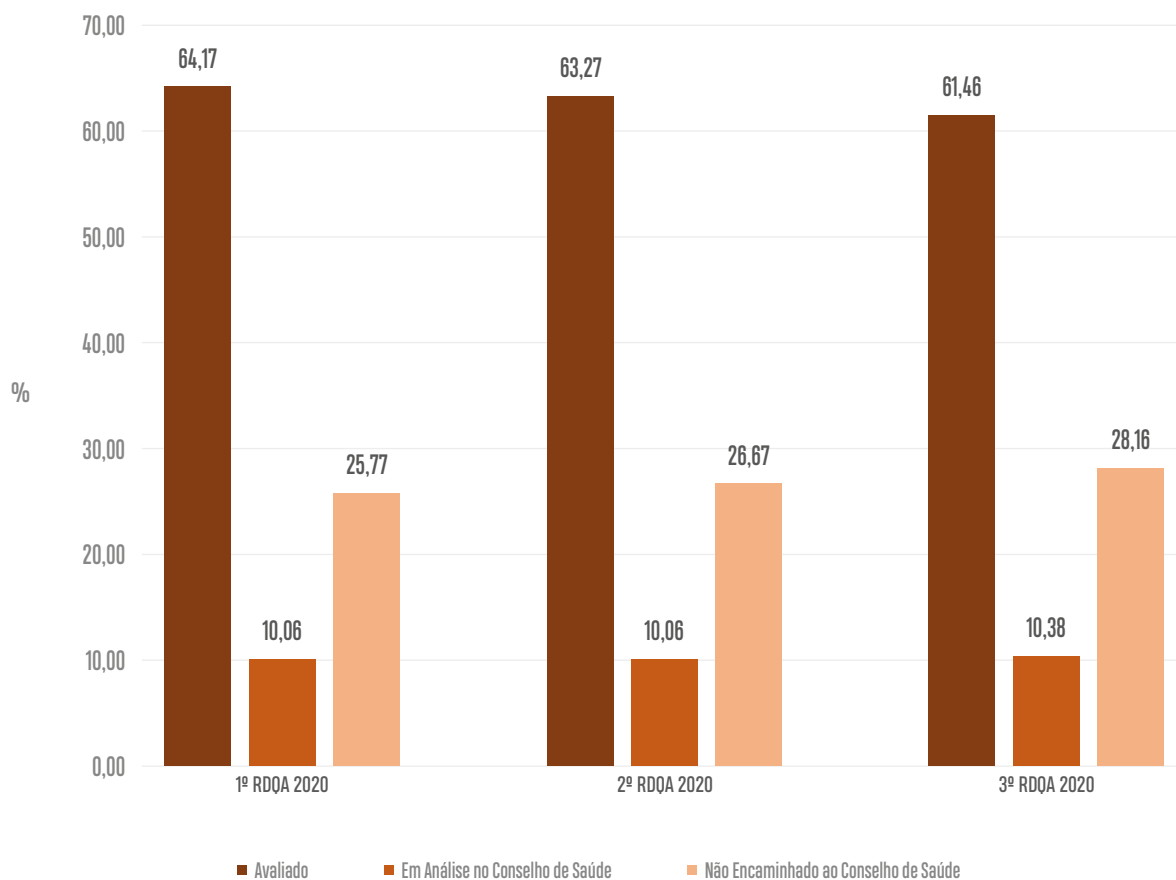
Três unidades federativas não encaminharam, para avaliação no Conselho de Saúde, o primeiro de 2020, e duas não o fizeram para o segundo e terceiro RDQA. O detalhamento por cada status e quadrimestre está no Gráfico 31.

Gráfico 31 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

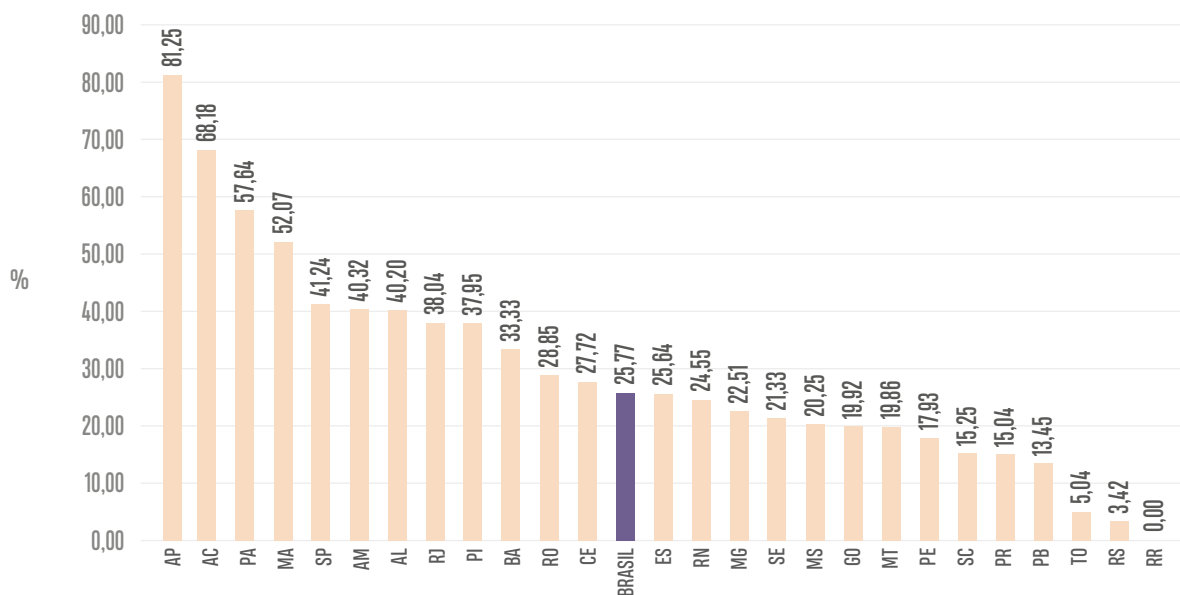
Em relação aos municípios, a média dos que encaminharam todos os RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde foi 73,13%, conseqüentemente, a média de inadimplência foi de 26,87%. O Gráfico 32 apresenta as proporções para cada quadrimestre.

Gráfico 32 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2020)

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

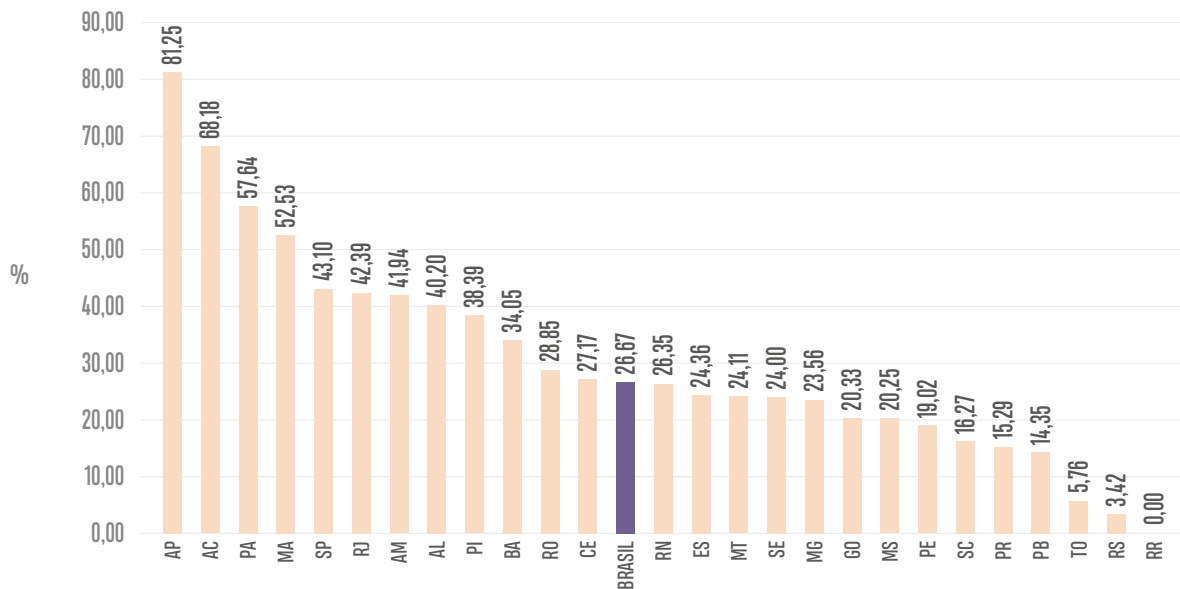
Em relação aos municípios que não encaminharam os RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que a maior proporção de municípios nessa situação foi observada no estado do Amapá para os três quadrimestres (Gráficos 33, 34 e 35).

Gráfico 33 – Proporção de municípios que não encaminharam o primeiro RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



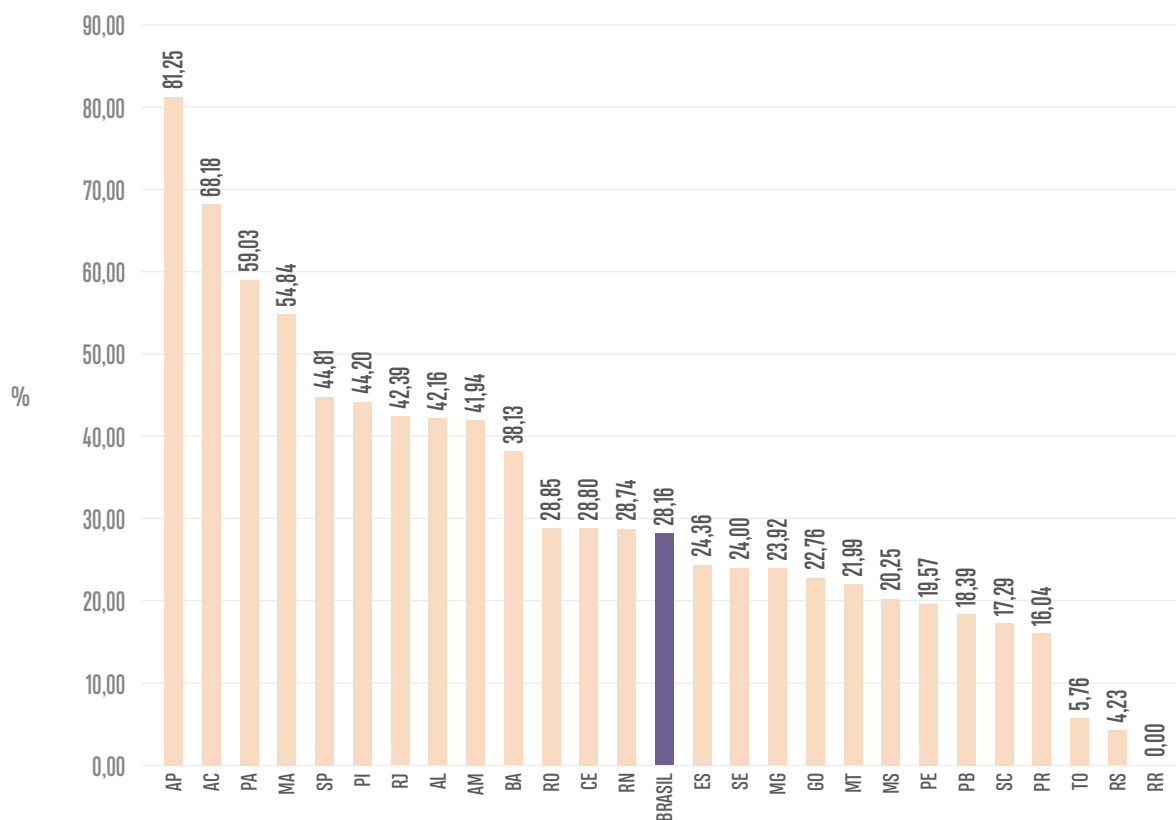
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Gráfico 34 – Proporção de municípios que não encaminharam o segundo RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Gráfico 35 – Proporção de municípios que não encaminharam o terceiro RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/8/2023.

Considerando-se o total de municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, esse número somou 1.618 (29,06% de todos os municípios brasileiros), o que representa decréscimo de 1,28% em relação à apuração realizada em 31 de agosto de 2023 (1.639 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.395 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2020 (86,22% de todos municípios pendentes); 80 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2020 (4,94% de todos municípios pendentes); e 143 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2020 (8,84% de todos municípios pendentes). A Tabela 5 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 5 – Número de municípios com pendências de envio dos RDQA para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado e por quantidade, 2020

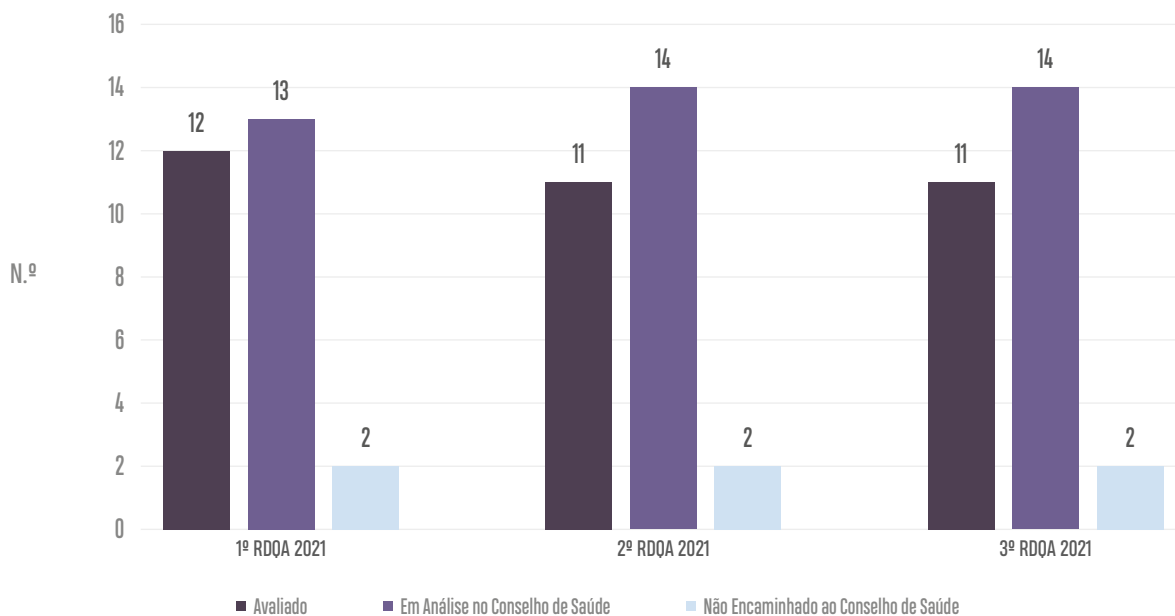
UF	Quantidade de RDQA 2020 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			N.º de Municípios com Pendência	Número Total de Municípios	% de Municípios com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	15	15	22	68,18
AL	2	0	41	43	102	42,16
AM	2	0	25	27	62	43,55
AP	0	0	13	13	16	81,25
BA	18	4	138	160	417	38,37
CE	5	1	49	55	184	29,89
ES	1	0	19	20	78	25,64
GO	8	0	49	57	246	23,17
MA	6	2	112	120	217	55,30
MG	19	19	180	218	853	25,56
MS	0	0	16	16	79	20,25
MT	4	4	27	35	141	24,82
PA	3	1	82	86	144	59,72
PB	10	3	29	42	223	18,83
PE	4	2	32	38	184	20,65
PI	14	2	84	100	224	44,64
PR	8	3	57	68	399	17,04
RJ	2	6	33	41	92	44,57
RN	8	7	37	52	167	31,14
RO	0	0	15	15	52	28,85
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	5	1	16	22	497	4,43
SC	3	3	45	51	295	17,29
SE	2	1	16	19	75	25,33
SP	16	20	259	295	645	45,74
TO	3	1	6	10	139	7,19
BRASIL	143	80	1.395	1.618	5.568	29,06

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

RDQA de 2021

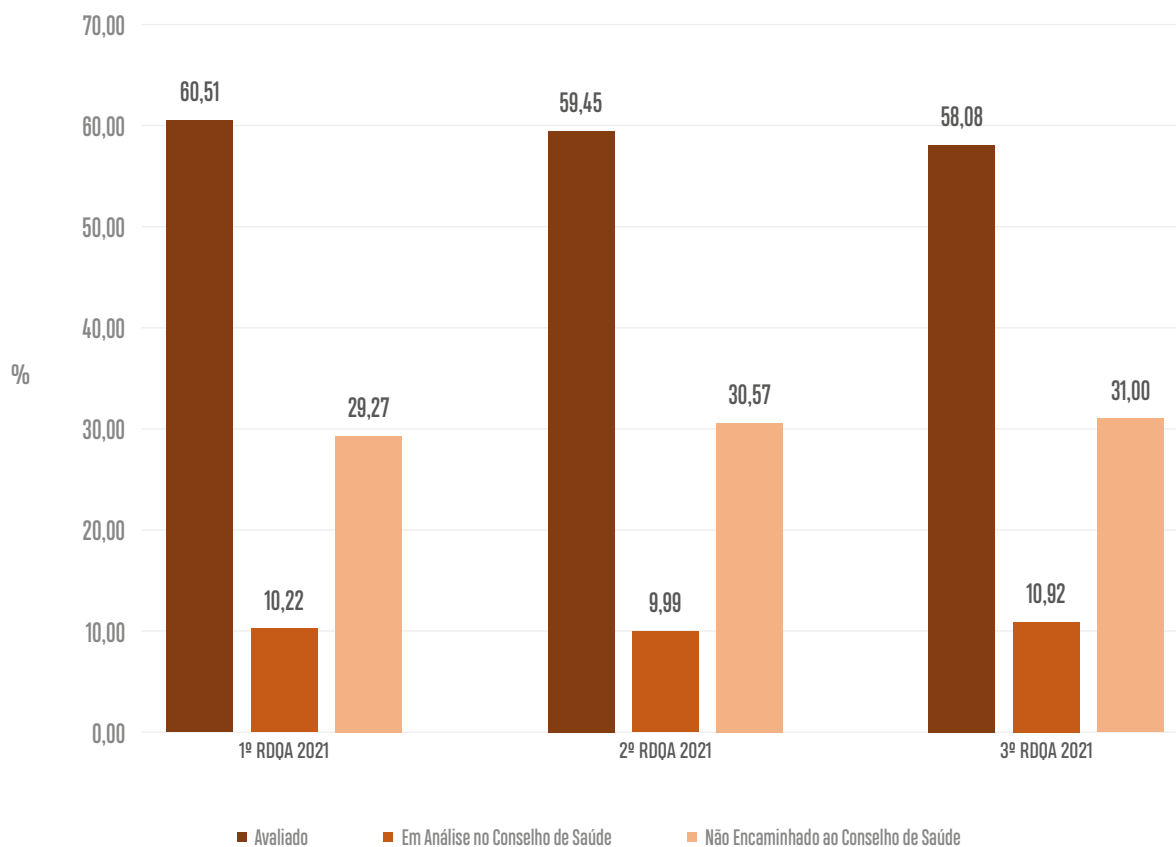
Duas unidades federativas não encaminharam o primeiro, segundo e terceiro RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada status e quadrimestre está no Gráfico 36.

Gráfico 36 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

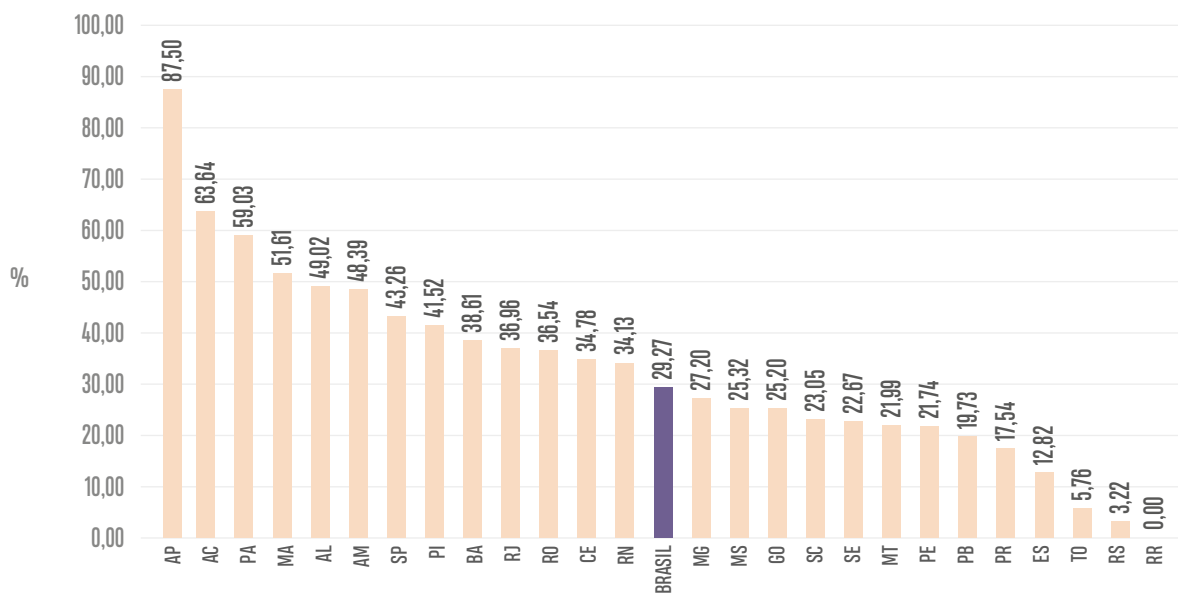
Em análise análoga para os municípios, observou-se que, na média dos três RDQA de 2021, 69,72% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde), e 30,28% estão pendentes. O Gráfico 37 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 37 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2021)

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

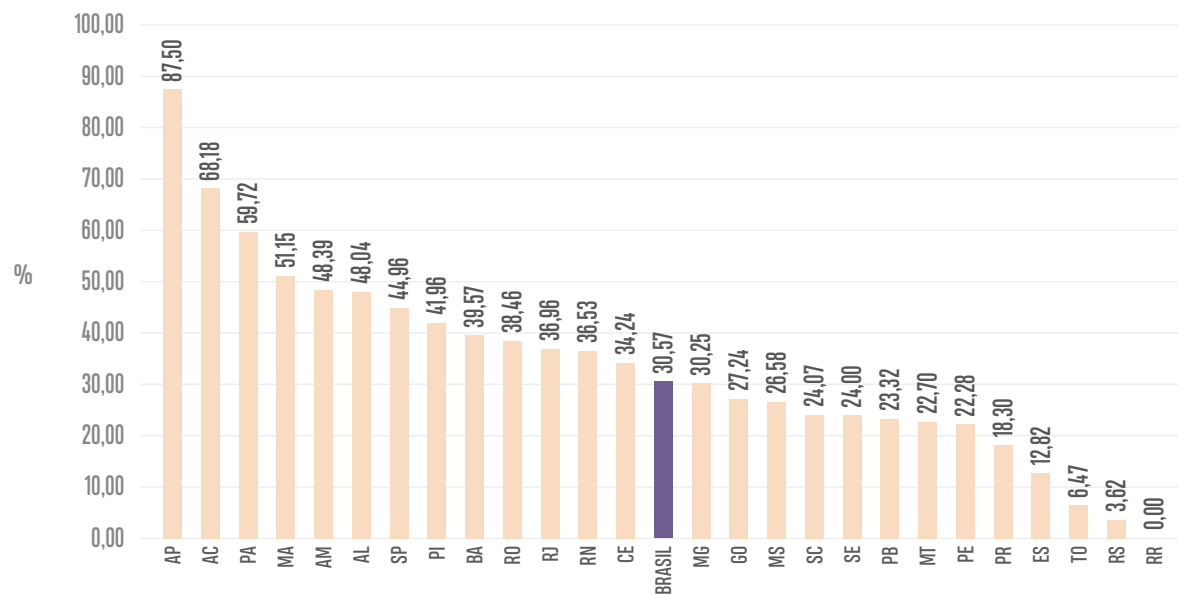
Tomando-se por base somente os municípios que não encaminharam os RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, identifica-se que a maior proporção de municípios nessa situação está no estado do Amapá para os três quadrimestres (Gráficos 38, 39 e 40).

Gráfico 38 – Proporção de municípios que não encaminharam o primeiro RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado

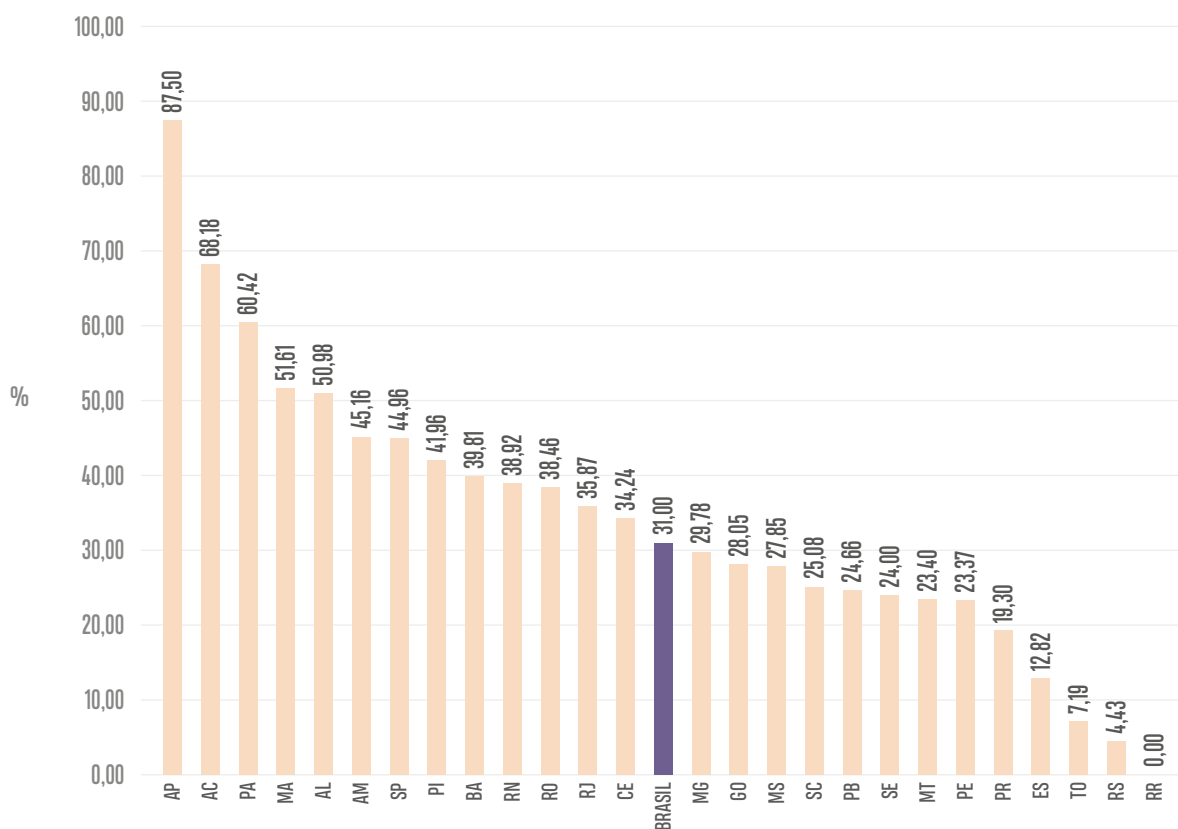


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Gráfico 39 – Proporção de municípios que não encaminharam o segundo RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Gráfico 40 – Proporção de municípios que não encaminharam o terceiro RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Considerando-se o total de municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.761 (31,63% de todos os municípios brasileiros), o que representa decréscimo de 2,76% em relação à apuração realizada em 31 de agosto de 2023 (1.811 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.607 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2021 (91,25% de todos municípios pendentes); 83 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2021 (4,71% de todos municípios pendentes); e 71 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2021 (4,03% de todos municípios pendentes). A Tabela 6 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 6 – Número de municípios com pendências de envio dos RDQA para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado e por quantidade, 2021

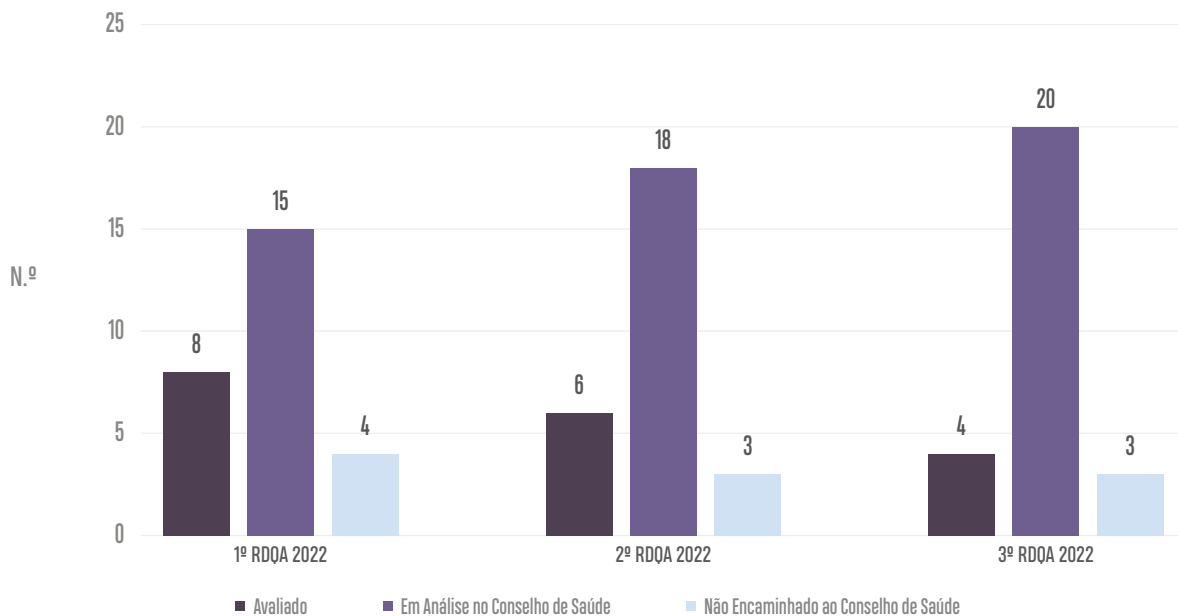
UF	Quantidade de RDQA 2021 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			N.º de Municípios com Pendência	Número Total de Municípios	% de Municípios com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	1	14	15	22	68,18
AL	4	0	49	53	102	51,96
AM	2	1	28	31	62	50,00
AP	0	0	14	14	16	87,50
BA	3	3	161	167	417	40,05
CE	1	0	63	64	184	34,78
ES	0	0	10	10	78	12,82
GO	4	4	62	70	246	28,46
MA	3	1	110	114	217	52,53
MG	6	30	226	262	853	30,72
MS	1	1	20	22	79	27,85
MT	3	0	31	34	141	24,11
PA	1	1	85	87	144	60,42
PB	7	6	44	57	223	25,56
PE	2	1	40	43	184	23,37
PI	0	1	93	94	224	41,96
PR	9	2	69	80	399	20,05
RJ	1	2	32	35	92	38,04
RN	4	4	57	65	167	38,92
RO	1	2	18	21	52	40,38
RR	0	0	0	0	15	0,00
RS	7	5	13	25	497	5,03
SC	4	4	67	75	295	25,42
SE	0	1	17	18	75	24,00
SP	7	12	276	295	645	45,74
TO	1	1	8	10	139	7,19
BRASIL	71	83	1.607	1.761	5.568	31,63

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

RDQA de 2022

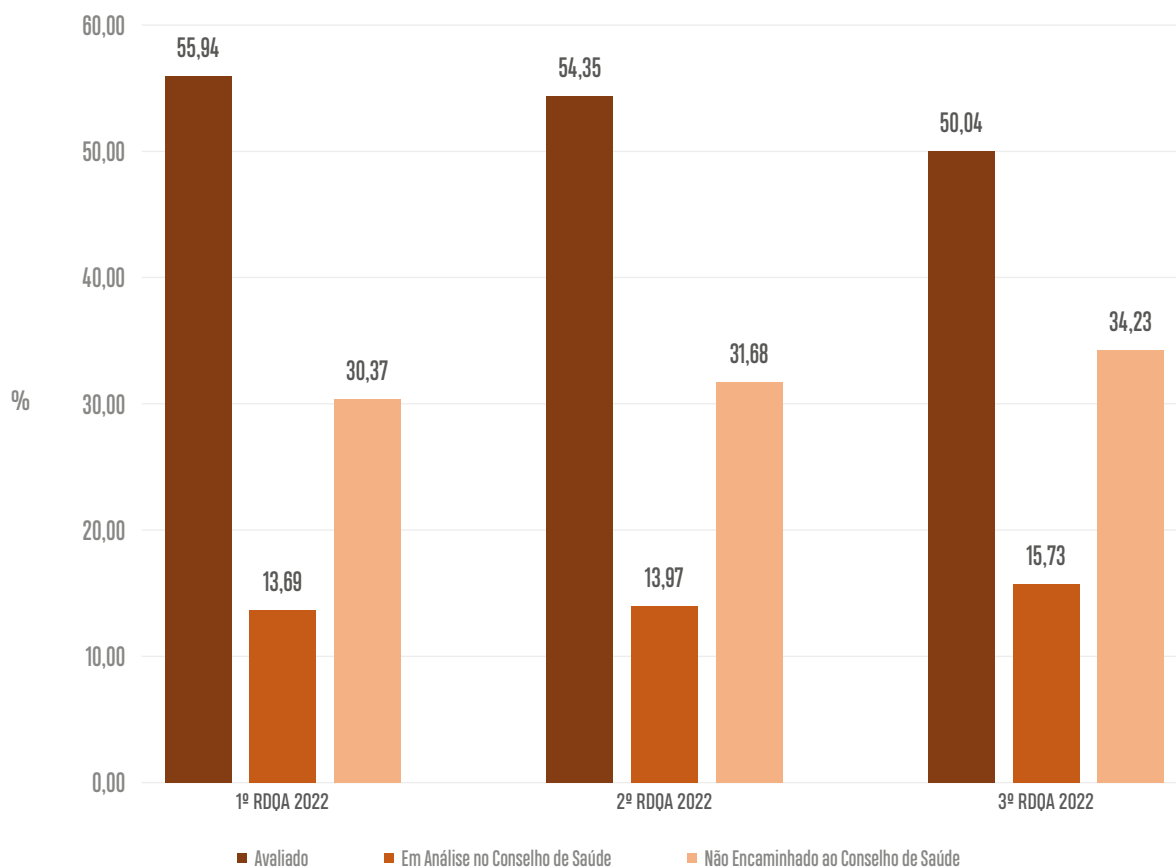
Quatro unidades federativas ainda não encaminharam o primeiro RDQA, e três não encaminharam o segundo e terceiro RDQA para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada status e quadrimestre está no Gráfico 41.

Gráfico 41 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

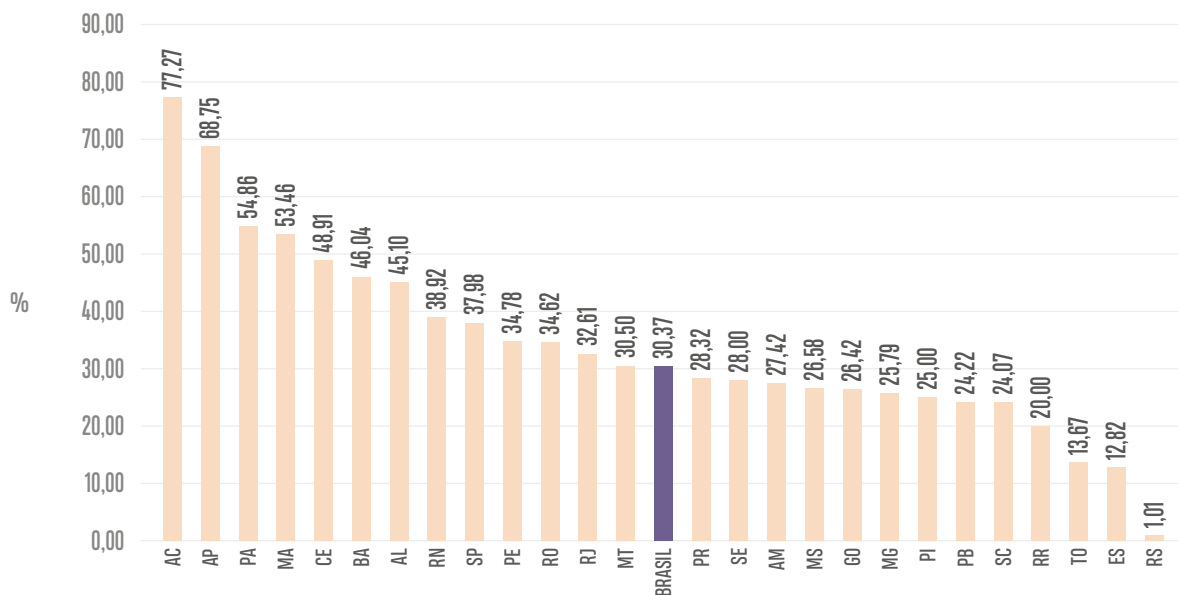
Para os municípios, observou-se que, na média dos três RDQA de 2022, 67,91% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde), e 32,09% estão pendentes. O Gráfico 42 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 42 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2022)

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

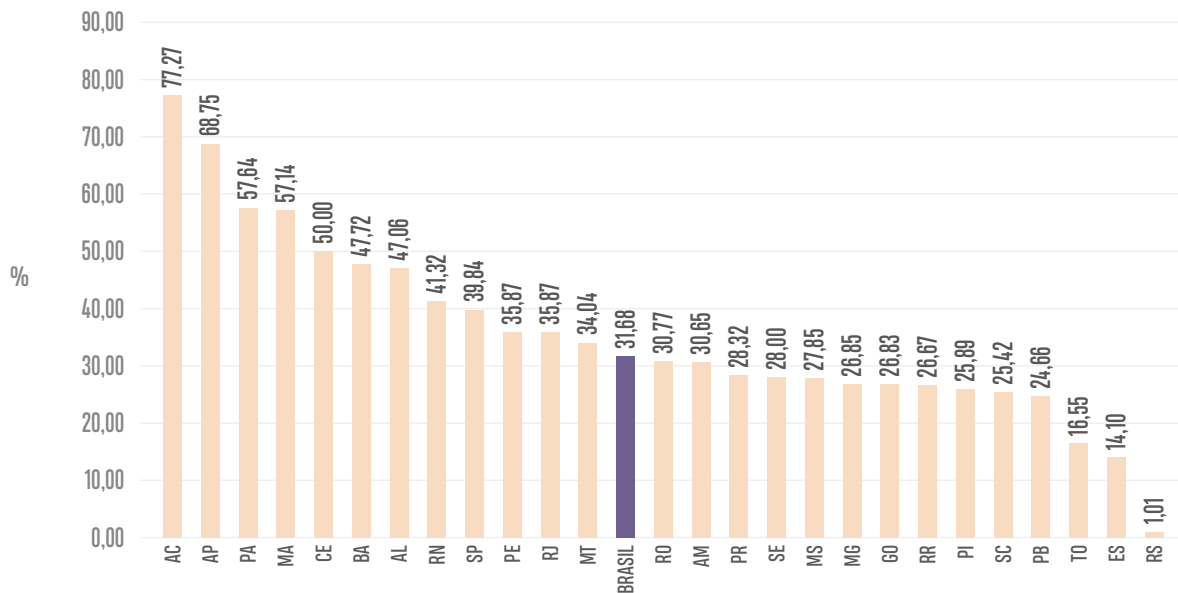
Na análise por cada estado, nos Gráficos 43, 44 e 45, observou-se, no estado do Acre, as maiores proporções de municípios que não encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) nos três quadrimestres de 2022.

Gráfico 43 – Proporção de municípios que não encaminharam o primeiro RDQA de 2022 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



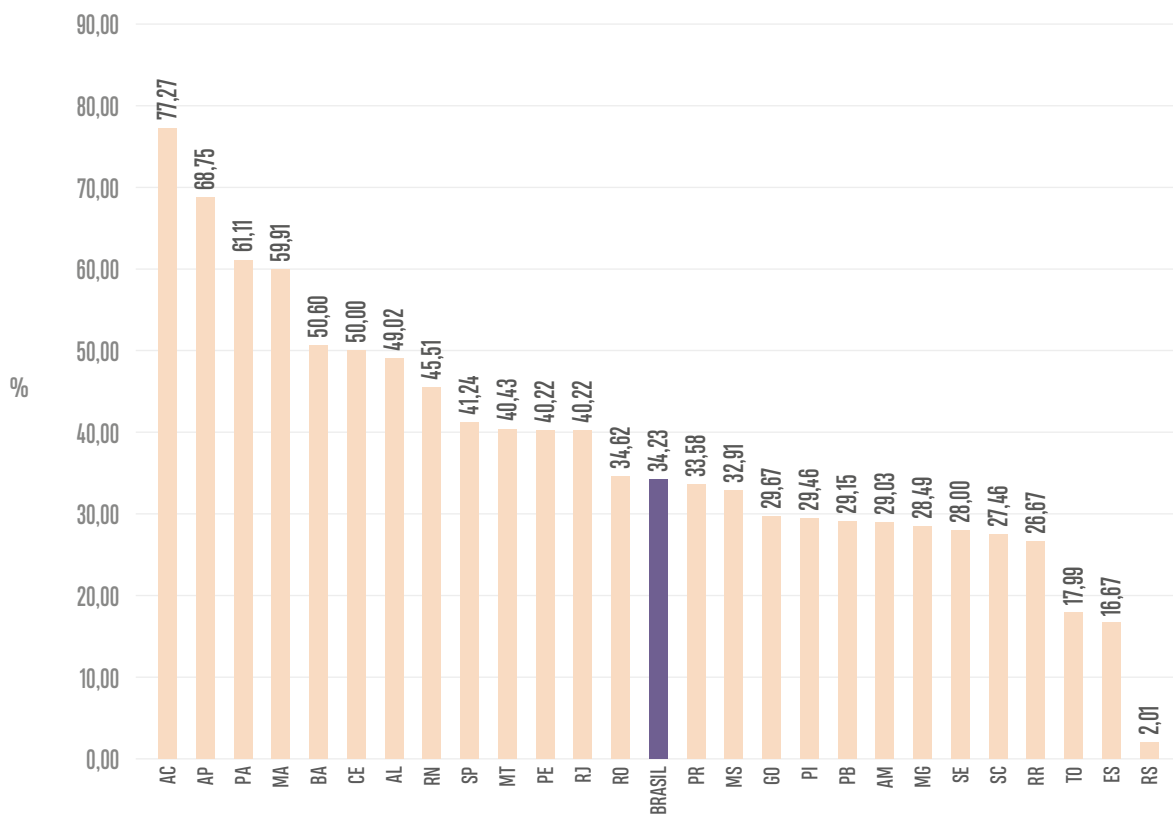
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Gráfico 44 – Proporção de municípios que não encaminharam o segundo RDQA de 2022 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Gráfico 45 – Proporção de municípios que não encaminharam o terceiro RDQA de 2022 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Em relação a municípios que não encaminharam pelo menos um dos três RDQA de 2022 para avaliação Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 1.935 (34,75% de todos os municípios brasileiros), o que representa decréscimo de 4,82% em relação à apuração realizada em 31 de agosto de 2023 (2.033 municípios com pendências).

A maior parte desse total (1.664 municípios) está pendente com o encaminhamento dos três RDQA de 2022 (85,99% de todos municípios pendentes); 98 municípios estão pendentes com o encaminhamento de dois RDQA de 2022 (5,06% de todos municípios pendentes); e 173 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2022 (8,94% de todos municípios pendentes). A Tabela 7 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 7 – Número de municípios com pendências de envio dos RDQA para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado e por quantidade, 2022

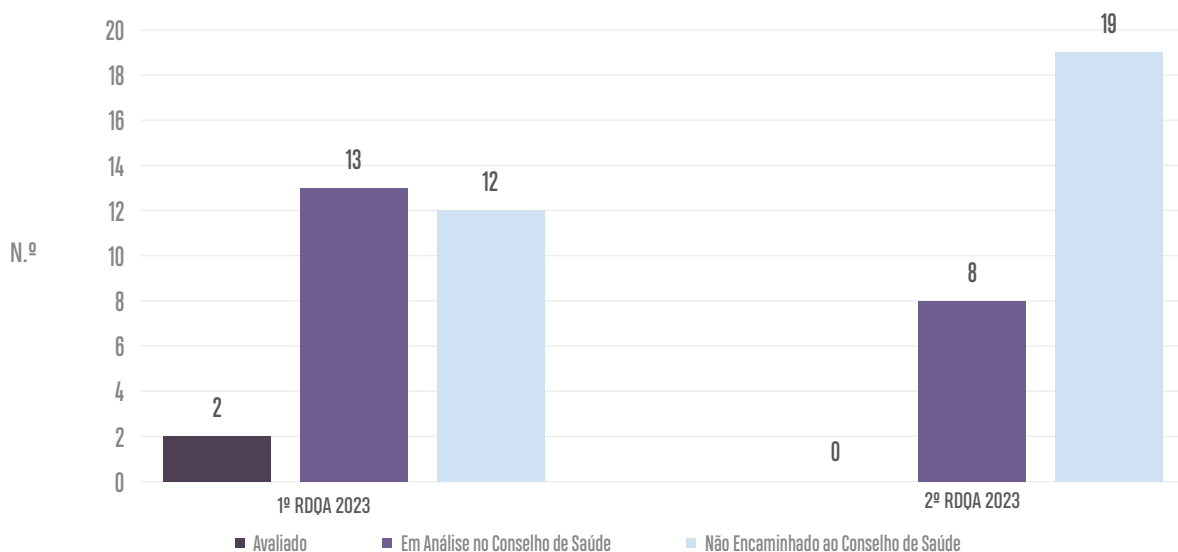
UF	Quantidade de RDQA 2022 não Encaminhados ao Conselho de Saúde			N.º de Municípios com Pendência	Número Total de Municípios	% de Municípios com Pendência
	Um	Dois	Três			
AC	0	0	17	17	22	77,27
AL	2	2	46	50	102	49,02
AM	1	1	17	19	62	30,65
AP	0	0	11	11	16	68,75
BA	12	7	192	211	417	50,60
CE	1	3	89	93	184	50,54
ES	4	0	10	14	78	17,95
GO	8	2	64	74	246	30,08
MA	6	8	116	130	217	59,91
MG	25	14	213	252	853	29,54
MS	4	1	21	26	79	32,91
MT	11	4	43	58	141	41,13
PA	4	6	78	88	144	61,11
PB	11	2	53	66	223	29,60
PE	7	4	63	74	184	40,22
PI	9	3	55	67	224	29,91
PR	21	6	109	136	399	34,09
RJ	4	3	30	37	92	40,22
RN	9	3	65	77	167	46,11
RO	4	0	16	20	52	38,46
RR	0	1	3	4	15	26,67
RS	4	2	4	10	497	2,01
SC	7	5	70	82	295	27,80
SE	1	1	20	22	75	29,33
SP	16	16	240	272	645	42,17
TO	2	4	19	25	139	17,99
BRASIL	173	98	1.664	1.935	5.568	34,75

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

RDQA de 2023

Doze e 19 unidades federativas, respectivamente, não encaminharam o primeiro e o segundo RDQA para avaliação no Conselho de Saúde, consoante Gráfico 46. Ressalta-se que o prazo para envio do terceiro RDQA de 2023 é no final de fevereiro de 2024, portanto ainda não é passível de apuração.

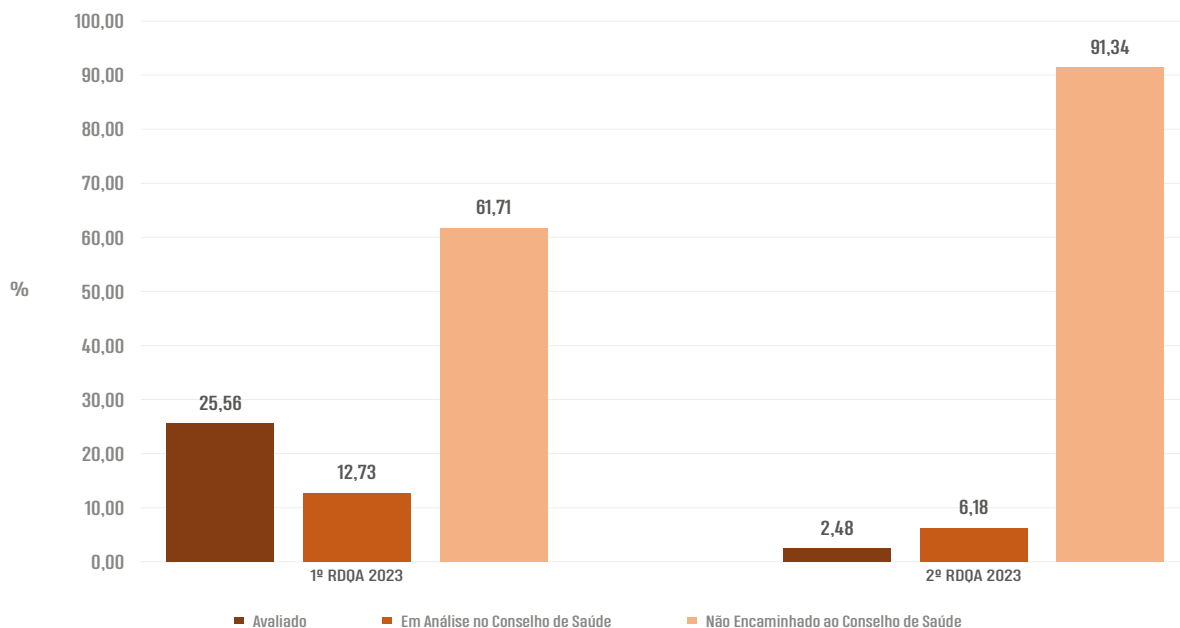
Gráfico 46 – Número de unidades federativas, segundo situação do primeiro e segundo RDQA (2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Para os municípios, observou-se que, na média dos dois RDQA de 2023, 23,47% deles encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde), e 76,53% estão pendentes. O Gráfico 47 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

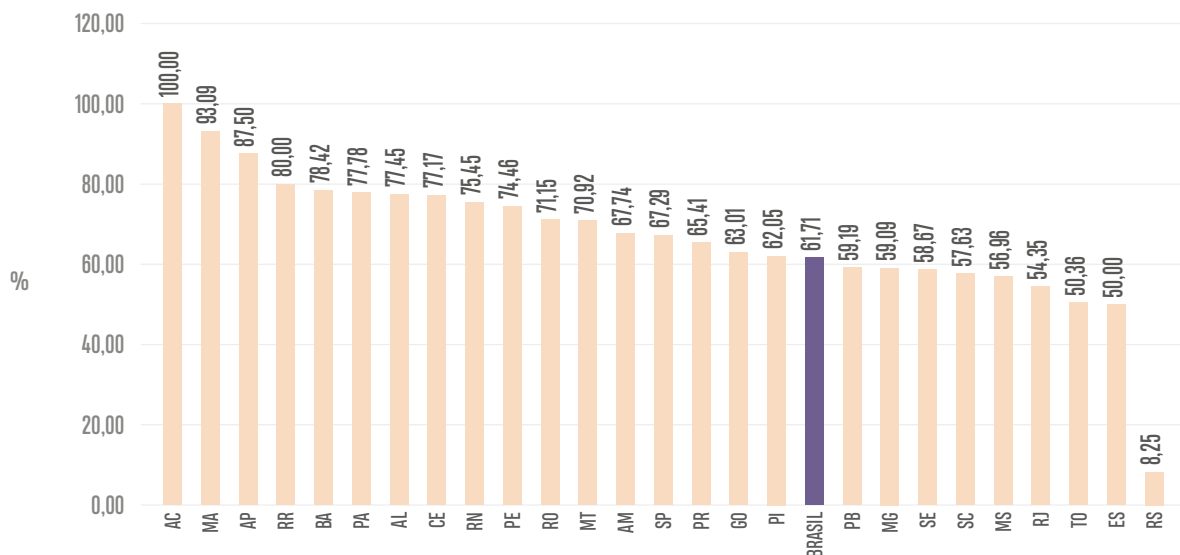
Gráfico 47 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do primeiro e segundo RDQA (2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

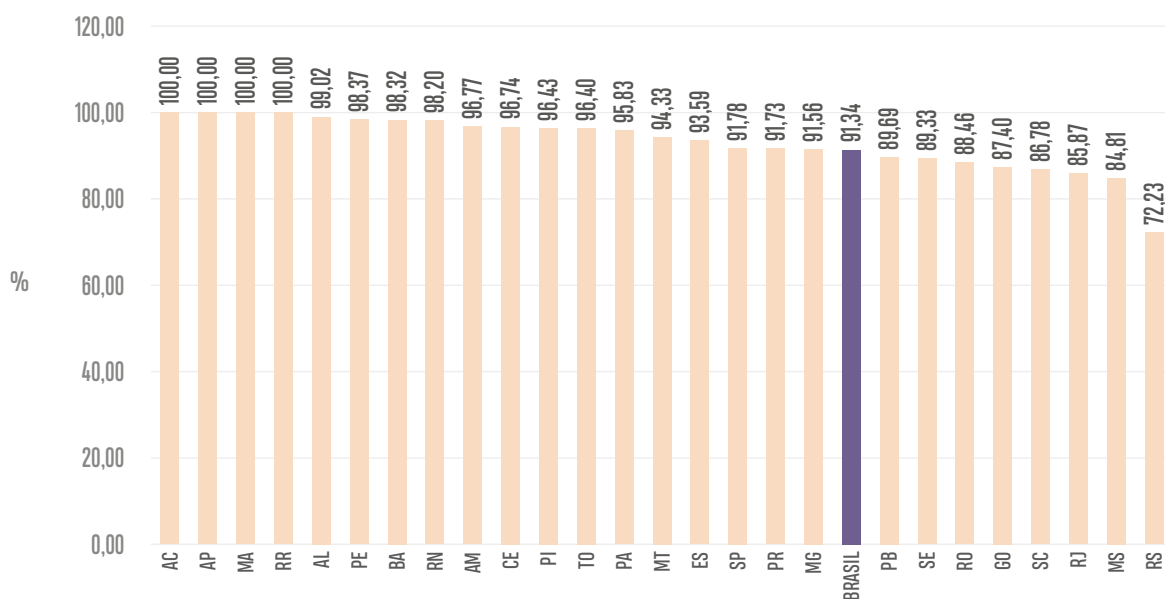
Os Gráficos 48 e 49 demonstram a proporção de municípios pendentes por unidade federativa.

Gráfico 48 – Proporção de municípios que não encaminharam o primeiro RDQA de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Gráfico 49 – Proporção de municípios que não encaminharam o segundo RDQA de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

Em relação a municípios que não encaminharam pelo menos um dos dois RDQA de 2022 para avaliação Conselho de Saúde, observa-se que esse número somou 5.089 (91,40% de todos os municípios brasileiros).

A maior parte desse total (3.433 municípios) está pendente com o encaminhamento dos dois RDQA de 2023 (67,46% de todos municípios pendentes), e 1.656 municípios estão pendentes com o encaminhamento de um RDQA de 2022 (32,54% de todos municípios pendentes). A Tabela 8 apresenta a descrição detalhada por estado.

Tabela 8 – Número de municípios com pendências de envio dos RDQA para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado e por quantidade, 2022

UF	Quantidade de RDQA 2023 não Encaminhados ao Conselho de Saúde		N.º de Municípios com Pendência	Número Total de Municípios	% de Municípios com Pendência
	Um	Dois			
AC	0	22	22	22	100,00
AL	22	79	101	102	99,02
AM	18	42	60	62	96,77
AP	2	14	16	16	100,00
BA	83	327	410	417	98,32
CE	36	142	178	184	96,74
ES	34	39	73	78	93,59
GO	64	153	217	246	88,21
MA	15	202	217	217	100,00
MG	277	504	781	853	91,56
MS	22	45	67	79	84,81
MT	33	100	133	141	94,33
PA	26	112	138	144	95,83
PB	70	131	201	223	90,13
PE	44	137	181	184	98,37
PI	77	139	216	224	96,43
PR	105	261	366	399	91,73
RJ	29	50	79	92	85,87
RN	38	126	164	167	98,20
RO	9	37	46	52	88,46
RR	3	12	15	15	100,00
RS	318	41	359	497	72,23
SC	86	170	256	295	86,78
SE	23	44	67	75	89,33
SP	158	434	592	645	91,78
TO	64	70	134	139	96,40
BRASIL	1.656	3.433	5.089	5.568	91,40

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/9/2023.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de planejamento no SUS**. 1. ed. rev. Brasília, DF: MS: Fiocruz, 2016. (Série Articulação Interfederativa, v. 4). Disponível em: <https://bit.ly/planejamentosus>. Acesso em: 9 jul. 2021.

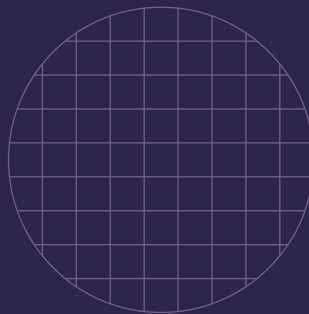
BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do usuário**: módulo planejamento – DigiSUS Gestor. Brasília, DF: MS, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/manualdgmpp>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Módulo Planejamento – DigiSUS Gestor**. Brasília, DF: MS, [2024]. Disponível em: <https://digisusgmp.saude.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

Conte-nos o que pensa
sobre esta publicação.



CLIQUE AQUI
e responda a pesquisa



DISQUE
SAÚDE **136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsmms.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

**Governo
Federal**